



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – CAMPUS I
COLEGIADO DO CUROS DE URBANISMO

VITOR SOUZA DO NASCIMENTO

A CONCENTRAÇÃO DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS NO
CENTRO MUNICIPAL CAMARAGIBE, SALVADOR - BAHIA

Salvador
2011

VITOR SOUZA DO NASCIMENTO

A CONCENTRAÇÃO DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS NO
CENTRO MUNICIPAL CAMARAGIBE, SALVADOR - BAHIA

Trabalho monográfico apresentado na disciplina
Seminário Monográfico como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo.

Orientador: Prof^o. Dr. Antonio Angelo Martins Fonseca

Salvador

2011



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – CAMPUS I
COLEGIADO DO CUROS DE URBANISMO

VITOR SOUZA DO NASCIMENTO

A CONCENTRAÇÃO DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS NO
CENTRO MUNICIPAL CAMARAGIBE, SALVADOR - BAHIA

Monografia para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo

Salvador, 14 de Março de 2011.

Banca Examinadora:

Antonio Angelo Martins Fonseca

Doutor em Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Liliane Ferreira Mariano Silva

Doutora em Urbanismo, Universidade de Paris.

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Mabel Zambuzzi

Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo – UNIFACS.

Universidade Salvador - UNIFACS

**Dedicado a força e a vontade de vencer,
sempre basilar da minha vida**

Agradecimentos:

- ao meu Orientador, pelo tempo dedicado com bastante eficiência durante o processo de elaboração deste trabalho, com encontros semanais conduzidos pela competência e sabedoria de um grande intelectual;
- aos meus pais, Raimundo e Sonia, por acreditarem no meu potencial desde o início da minha carreira escolar, bem como pela compreensão, dedicação e investimento em meus estudos perante os obstáculos da vida;
- as minhas irmãs, Amanda e Érika, pelas conversas da convivência diária transformadas em estímulo na minha condução acadêmica nestes anos de Universidade;
- a Dona Gil que sabe como ninguém o momento ideal para estender as mãos e tornar a vida um pouco mais “doce”;
- aos meus familiares, por todos os momentos, tanto nas comemorações como também o apoio fundamental em situações preocupantes e difíceis, em especial Madrinha, Yuri, Marcio e Gustavo;
- aos amigos de curso, companheiros na luta pela formação em Urbanista, em especial José Araújo, Gustavo Brito, Andrea Santana, Edmilson e Bruna;
- aos amigos da vida, que proporcionaram força para execução e defesa deste trabalho até o fim, em especial Marcos Paulo, Anderson e Lucas;
- a Dra. Lorena Nunes, pelo apoio jurídico na batalha aos meus direitos na justiça;
- enfim, a todos que mesmo de passagem, contribuíram de alguma forma para realização deste sonho;

“O que eu quero dizer mesmo, é que a busca da utopia, é algo de ancestral e companheiro do homem, porque o que distingue o homem dos outros animais não é esse dedão, é exatamente o fato de que ele é portador de utopia. Eu sei que hoje se costuma ridicularizar quem fala em utopia, mas não me preocupo em insistir que sem ela não vale a pena viver, e sem ela tão pouco é possível pensar porque o pensamento não é produzido a partir do que houve, nem do que há”.

Milton Santos. Conferência Magna Dr. Milton Santos – USP. I Seminário Nacional Saúde e Ambiente no processo de Desenvolvimento – 12 de julho de 2000

Resumo:

A proposta investigativa é a concentração de agências bancárias no Centro Municipal Camaragibe (CMC) de Salvador – Bahia. O objetivo específico, então, é identificar os principais fatores que influenciam a localização das agências bancárias no espaço urbano. Os procedimentos metodológicos foram a aplicação dos seguintes fatores: concentração das agências bancárias; concentração e especialização de serviços; distribuição da renda e densidade demográfica. Observa-se que todos os fatores estão condicionados ao poder exercido pela principal centralidade urbana da cidade de Salvador, o CMC. O foco desta monografia está na decisão locacional dos bancos em concentrar agências bancárias nesta centralidade, em detrimento de outros locais de Salvador. Os resultados encontrados foram que os três primeiros fatores não são excludentes, pelo contrário, interagem associados a essa centralidade urbana de Salvador. A forma como o volume de renda está disposto no meio urbano, a demanda gerada pelos serviços e a concentração de agências bancárias atuam de forma determinante para explicar a concentração dos serviços bancários no CMC.

Palavras-Chave: Centro Municipal Camaragibe (CMC); agências bancárias; centralidade urbana; fatores locacionais

Abstract:

The research proposal is the concentration of bank branches in Camaragibe Municipal Center (CMC) from Salvador - Bahia. The specific objective is then to identify the key factors influencing the location of bank branches in urban space. The methodological procedures were applied to the following factors: concentration of bank branches, concentration and specialization of services, income distribution and population density. It is observed that all factors are constrained to the power exercised by the central principal of the town of Salvador, the CMC. The focus of this monograph is in the location decision of banks to banks in this central focus, to the detriment of other locations across the city. The results were that the first three factors are not exclusive, however, interact associated with this central city of Salvador. The way the volume of income is provided in urban areas, the demand generated by the services and the concentration of bank branches act decisively to explain the concentration of banking services at CMC.

Key Words: Camaragibe Municipal Center (CMC), banks, urban centrality; locational factors

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A DINÂMICA DA REDE BANCÁRIA BRASILEIRA	13
2.1	GESTÃO DO TERRITÓRIO E A CONCENTRAÇÃO DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS (1960 E 1985).....	15
2.2	NOVAS DINÂMICAS DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO.....	16
2.3	PANORAMA BAIANO DA REDE BANCÁRIA.....	19
3	FATORES QUE DETERMINAM A LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS NO ESPAÇO URBANO	23
3.1	PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ DOS BANCOS.....	24
3.2	CENTRALIDADES URBANAS: AS CONTRIBUIÇÕES DE CAVALCANTE CROCCO E RUIZ.....	25
3.3	FATOR DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	27
3.4	FATOR POPULACIONAL.....	28
4	CARACTERIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE UM CENTRO FINANCEIRO: O CMC EM SALVADOR	30
4.1	<i>SHOPPING CENTER IGUATEMI</i>	35
4.2	REALOCAÇÃO DO DESEMBANCO EM 1977 E O PIONEIRISMO NA FORMAÇÃO DO CMC.....	36
4.3	LEGISLAÇÃO DO ZONEAMENTO E DAS ATIVIDADES NO CMC.....	39
5	FATORES DE LOCALIZAÇÃO DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS NO CMC	41
5.1	FATOR CONCENTRAÇÃO DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS NO CMC.....	44
5.2	FATOR CONCENTRAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NO CMC.....	49
5.3	FATOR DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO CMC.....	51
5.4	FATOR DENSIDADE DEMOGRÁFICA NO CMC.....	55
6	CONCLUSÃO	60
	REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

Nossa proposta investigativa é a análise da concentração de agências bancárias no Centro Municipal Camaragibe (CMC) de Salvador – Bahia, conforme localização na figura 1. Consideramos os denominados bancos de varejo um agente econômico atuante na configuração do espaço urbano, assim o estudo dos fatores locais das agências é norteador para obtenção dessa proposta.

O tema abriga-se na disciplina Economia Regional e Urbana, por se tratar de um assunto que analisa questões econômicas que se desenrolam no âmbito dos espaços locais, urbanos, regionais nacionais e internacional. Residem no foco central da nossa proposta as delimitações de âmbito urbano, entretanto sem desconsiderarmos as outras escalas.

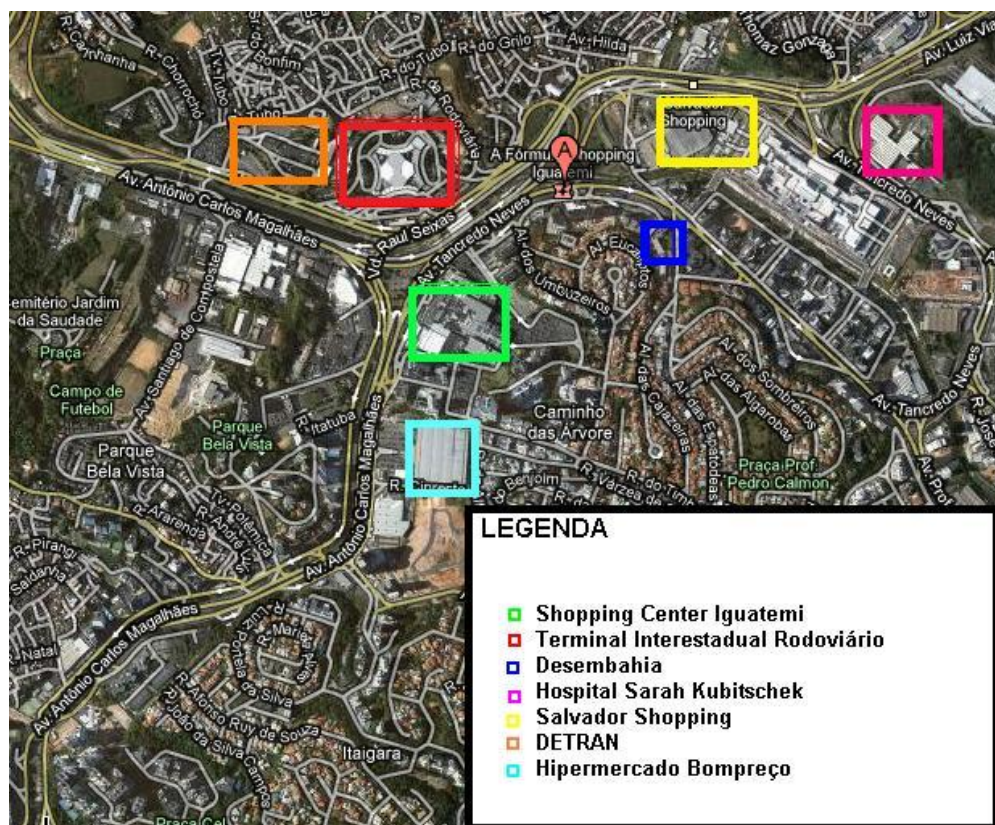


Figura 1 – Localização do CMC em Salvador

Fonte: google imagens¹

¹ Disponível em: <http://maps.google.com.br/maps>. Acesso em: 7 de agosto de 2010.

O objetivo específico, então, é identificar os principais fatores que influenciam a concentração das agências bancárias, enfatizando as características e relações com o CMC. Encontramos na literatura referência direta ao foco desta monografia no artigo de Sicsú e Crocco (2003), no qual o tema é intitulado, “Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro” (SICSÚ; CROCCO, 2003).

Partimos do princípio de que, Santos (2004) considera os bancos uma aliança entre os serviços sofisticados de uma cidade e as cidades maiores do país e do exterior. Dessa forma, essas instituições financeiras configuram-se como uma cooperação externa no intuito de se beneficiarem da localização de suas atividades na cidade. Por isso, iniciamos nossa proposta de investigação com o objetivo de esclarecer ao leitor a dinâmica do sistema financeiro nacional na conveniência dos interesses das grandes instituições financeiras.

Logo em seguida, o estudo passa a delinear as contribuições científicas sobre as Teorias Clássicas de Localização, para que possamos entender a produção do espaço intra urbano, por meio da lógica da decisão locacional dos bancos. Assim sendo, destacamos as teorias de Christaller (1933) - Os Lugares Centrais e Lösch (1940) - A Ordem Espacial da Economia apud Cavalcante, Crocco e Ruiz (2008), aplicadas aos fatores locacionais das agências bancárias no espaço urbano.

Em outro momento, para o encaminhamento da pesquisa, fez-se necessário a caracterização e formação da centralidade urbana do CMC, como um centro financeiro. Esse mesmo ponto de vista, não exclui a apreciação de áreas segregadas dentro desse centro financeiro, ocasionadas, principalmente, pelas políticas públicas da capital baiana.

Por fim, nossa pesquisa aplica, empiricamente, os fatores de localização das agências bancárias no espaço urbano do CMC, considerando quatro fatores, entre os quais: concentração das agências bancárias; concentração e especialização de outros serviços; distribuição da renda e, por último, densidade demográfica. Inferimos, mediante os resultados encontrados, sobre as questões locais dos bancos e suas relações com a cidade de Salvador.

A delimitação espacial deste trabalho monográfico foi o CMC. Essa escolha foi motivada por se tratar do mais expressivo centro comercial e financeiro soteropolitano. Então, pela proposta em vigor desta monografia, o estudo da concentração bancária nessa localidade, justifica-se pelo vigor econômico exercido

não somente na escala local como em âmbito regional. O CMC é instituído pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), elaborado em 2007.

Foi adotado como procedimento metodológico o mapeamento das agências bancárias de Salvador em 2007, por meio do programa Arc Gis. Na época, a cidade possuía distribuídas 201 agências bancárias, das quais 34 localizadas no CMC, a fonte dos dados georreferenciados da distribuição bancária em Salvador é da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER).

Por último, na tentativa de encontrar os fatores locacionais para a concentração de agências bancárias utilizamos as informações do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda (IDHM-Renda) e a Densidade Demográfica (habitantes por metro quadrado). A fonte desses dados é do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Diante disso, a questão fundamental dessa monografia é responder quais os fatores que contribuem para a instalação de agências bancárias no CMC? Esta questão será respondida a partir do próximo capítulo.

2 DINÂMICA DA REDE BANCÁRIA BRASILEIRA

Os estudos sobre o sistema bancário e financeiro no Brasil envolvem contribuições de geógrafos, economistas e administradores, devido à abrangência interdisciplinar do assunto. Sobre esse aspecto, o ponto de vista da localização e dinâmica da rede bancária brasileira no espaço urbano, ainda é um tema pouco explorado, quer seja nos estudos que envolvem a escala regional, quer seja nos estudos de escala urbana. O foco deste trabalho está concentrado na esfera local, mais precisamente no Centro Municipal Camaragibe (CMC), na cidade do Salvador. Entretanto, reconhecemos o pensamento segundo o qual “as redes demandam, de imediato, um pensamento multiescalar” (SOUZA, 2008, p. 112).

No atual período histórico da globalização, uma das maneiras de entender essa relação entre os acontecimentos mundiais e suas reverberações nos lugares, pode ocorrer pela análise das “formas geográficas”. Resumidamente, a proposta compreende os elementos do espaço geográfico como “formas-conteúdo”, e não meramente como “formas”. Tal compreensão não é somente física, contida no espaço, mas está inserida nas relações sociais, econômicas e normativas, que moldam essas “formas” (SANTOS, 1978, 1979, 1996; apud CONTEL, 2009, p. 119). Por isso, a análise que será desenvolvida na seção 5, busca as interações do espaço físico no CMC em Salvador, especificamente, a concentração de agências bancárias e as interações que moldam as “formas” existentes.

Segundo Dias e Lenzi (2009, p. 97), a “integração virtual dos lugares”, “a *mundialização* financeira”, vêm confirmando as escolhas estratégicas da localização geográfica. Ou seja, não existe relação sem influência dialética, entre as ações extranacionais e os lugares escolhidos por elas.

Sobre o processo geográfico, de “*mundialização* financeira”, ou “globalização”, afirmam Santos e Silveira:

De um lado, os progressos nas telecomunicações, na eletrônica e na informática autorizaram a interligação, em tempo real, das bolsas, dos bancos e das praças financeiras, possibilitando uma circulação verdadeiramente frenética de diferentes tipos de dinheiro. De outro lado, as condições políticas, instauradas com a chamada desregulação, facilitam os fluxos de dinheiro além das fronteiras nacionais e, com eles, impõem normas mundiais aos territórios nacionais (2001, p. 185)

Assim, esses processos técnicos e políticos, referidos por Santos e Silveira (2001), que incentivaram o crescimento do sistema financeiro nacional serão abordados novamente numa visão crítica do espaço brasileiro.

O sistema financeiro brasileiro não se restringe às atividades bancárias, tão pouco à localização de suas agências. Entretanto, não são estéreis ao espaço, servindo de ponto fundamental para análise da geografia da moeda. Apesar da ausência de dados imponentes para uma análise mais detalhada da questão local e regional, sob a visão financeira e monetária, segundo Amado (1998), o espaço recebe influência da moeda, e como agente espacial, ela não é neutra.

Estudar a concentração das agências bancárias na produção do espaço urbano, não é reduzir o fator econômico numa cidade, e sim evidenciar uma parte da sua complexidade, para sua melhor compreensão: o poder do capital como uma dimensão do espaço e sua relação com os demais fatores sociais e político-monetários.

Sendo assim, uma revisão literária das contribuições dos autores sobre a localização geográfica das firmas bancárias, faz-se necessário. No caso brasileiro, a temática em questão vem sendo analisada de várias formas, cujas principais características são: (i) o predomínio da abordagem da escala nacional; (ii) o predomínio da escala regional do território; e (iii) a visão “multidisciplinar” do assunto.

Em relação à escala nacional, destacam-se os estudos geográficos de Corrêa (2006), sob o aspecto da gestão do território, nos anos de 1960 e na primeira metade da década de 1980; Dias e Lenzi (2009), a respeito da reorganização espacial de três redes bancárias privadas, com os dois recortes temporais entre 1986-1996 e 1996-2005; e Contel (2009), que retrata as novas dinâmicas do sistema bancário e objetos informacionais que vêm sendo instalados atualmente no território brasileiro.

Na escala regional, o estudo de Kraychete (2009) demonstra a estrutura e hierarquização do estado baiano, tomando, como referência, a posição relativa da rede bancária no estado frente às principais praças bancárias brasileiras (2005), a distribuição dos bancos públicos e privados e a vitalidade financeira no estado da Bahia.

2.1 Gestão do território e a concentração das agências bancárias (1960 e 1985)

Utilizando-se do conceito de gestão do território como sendo “as ações exercidas pelos agentes sociais, privados e públicos, no sentido de apropriar-se de um território e controlar a sua organização socioespacial”, o estudo de Corrêa (2006, p.63), na década de setenta, destaca dois fatores para a expansão da rede de firmas bancárias, ocorridas e impulsionadas por aquele período: (i) incentivos governamentais do Estado como principal articulador político que visavam à promoção da integração nacional, moldada, num primeiro momento, de forma a incentivar atuação dos agentes financeiros públicos, sem concorrer com os intermediários financeiros privados; e (ii) a expansão dos bancos privados apoiados por juros acima da inflação, aos tomadores de empréstimos, aliado ao fato de, na época, existirem precárias opções por investimentos. Por isso, as empresas e particulares, tinham como saída a canalização de depósitos à vista, com taxas, dessa vez, menores que a inflação.

Para o referido autor, nos anos 80, mesmo num contexto de crise, já era visível a atitude do Banco Central do Brasil, norteadas para estender a assistência bancária a todos os municípios, melhorar o atendimento e alcance da rede bancária a municípios menos assistidos e efetuar as intervenções de regionalização bancária. Nessa conjuntura, os bancos combinaram a estratégia de ganhos inflacionários com os incentivos provenientes do Banco Central e progressivamente ampliaram a rede de agências em todo território nacional. Essa exemplificação está nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, exatamente as que exibiam menores índices de desempenho econômico e expandiram suas redes em 56%, 90%, 92%, respectivamente, entre 1979 e 1983. Concomitantemente deu-se o crescimento das redes bancárias das regiões Sul e Sudeste em 16% e 25%, respectivamente. Corrêa declara, porém, que a concentração e a centralidade da gestão do território, mantiveram-se com a região Sudeste que, em 1983, possuía, cerca de 46% do total de firmas bancárias.

Ainda segundo Corrêa, essa ampliação do número de agências resultou de uma estratégia na qual os intermediários financeiros públicos expandiram as suas participações nas praças menos assistidas. As regiões Norte e Nordeste, nesse

instante, detinham 43% das agências de bancos públicos do Brasil, comparando-se apenas com 21% do total nacional das suas agências de bancos privados.

Finalmente, o autor conclui destacando como tese que:

No bojo do processo de concentração dos bancos comerciais, verificou-se, simultaneamente, uma redução do número de centros de gestão da atividade bancária, a definição clara de um verdadeiro centro de gestão atuando nacionalmente, a metrópole paulista, a criação de redes nacionais de bancos e o papel crescente do Estado na gestão direta dos negócios bancários (CORRÊA, 2006, p.94)

Para Corrêa (2006), os agentes de poder, na sociedade capitalista atual, visam a garantir a reprodução do espaço resultado do interesse das grandes corporações, entre elas, a do setor bancário e financeiro. Esse é o caso de Salvador, em que os agentes políticos, em conjunto com os privados, são os principais responsáveis para a conjuntura do CMC e o seu espaço instituído. Será dado o devido enfoque a essa e outras questões na seção 3.

2.2 Novas dinâmicas do sistema bancário brasileiro

Segundo afirma Dias e Lenzi (2009), nas duas últimas décadas a organização espacial das agências bancárias no país mostra um movimento que não é, simplesmente, um reforço das diferenças regionais. Como também, não resulta, tão somente, da forte retração de estabelecimentos bancários no interior das macrorregiões, ou da expansão das agências nas regiões metropolitanas e de pontos economicamente mais dinâmicos do Centro-Sul brasileiro.

Um dado que comprova uma estratégia de concentração financeira é o aumento de municípios sem firma bancária, agência ou postos de atendimento. Conforme Dias e Lenzi em 2001, eram 1.681 municípios sem agências (29,7%), e que, em 2007, passaram a ser 2.271 municípios (40,7%). Ainda sobre o mesmo aspecto, entre 1994 e 2005 o número de bancos comerciais e múltiplos diminuiu no país, passando de 244 para 160 (DIAS; LENZI, 2009).

Contel (2009) avança os estudos na análise do funcionamento, atual, do sistema bancário brasileiro, sob uma perspectiva geográfica. Fixando a periodização

do estudo a partir da instalação do Plano Real (1994), identifica quais as principais modificações nos conteúdos técnicos e normativos do território brasileiro que têm relação direta com o desenvolvimento recente do sistema bancário. Dentre as novidades destacaram-se três questões: o maciço processo de privatização dos bancos públicos estaduais; a implantação do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); e a difusão das novas formas de prestação de serviços bancários (Correspondentes Bancários, cartões de crédito/débito e *internet banking*, principalmente), possibilitada pelos objetos informacionais que estão sendo instalados no território, nas últimas décadas do século XX.

O processo de internacionalização bancária ocasiona a expansão geográfica de bancos estrangeiros. No Brasil, a reorganização do sistema bancário, sob o viés particular, privatizações de bancos estaduais, incorpora o capital estrangeiro que resulta de normas de uma ordem global, juntamente, com a interação interna do momento vivido no país (DIAS; LENZI, 2009). Os processos de privatizações dos bancos públicos estaduais resultaram de um conjunto de ações, que incluem normas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, sobre governos latino-americanos para reduzir a presença do Estado em suas economias.

Do ponto de vista político, a reestruturação do sistema bancário brasileiro, pós Plano Real, confirma o que já havia sido mencionado, no início dessa seção, por Santos e Silveira (2001, p.185), a respeito das condições políticas de “desregulação” que convergem com normas mundiais impostas às nações, para facilitar os “fluxos de dinheiro além das fronteiras nacionais”. Pois, segundo Puga (1999, p. 449) apud Contel (2009, p. 121), existe uma relação de influência nos “Acordos da Basiléia”, com os posicionamentos do Banco Central do Brasil em criar dois planos para o “saneamento do sistema bancário nacional”. Esses planos foram chamados de Programa de Incentivo à Redução do Estado na Atividade Bancária (PROES) e de Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER). Conseqüentemente, essas medidas do Governo Federal, por meio de financiamentos e incentivos, formalizaram os processos de privatizações dos bancos públicos estaduais.

Contel (2009), mais uma vez, afirma a respeito das privatizações dos bancos públicos estaduais como um processo “verticalizado do arranjo federativo brasileiro”. Com isso, os estados da Federação perderam o domínio de “coordenar suas finanças de acordo com as combinações locais ou regionais dos sistemas de ações

e de objetos” (2009, p.130). Essa verticalização, exposta por Contel (2009), vem sendo discutida por Santos (1999), na redefinição dos conceitos de horizontalidades e verticalidades. Aprofundaremos esses dois conceitos, a respeito da formação espacial, na escala urbana do CMC, em Salvador.

Por outro lado, do ponto de vista técnico, Contel (2009) exemplifica dois fatos importantes ocorridos no Brasil para a modernização e funcionamento do setor. O primeiro, por exemplo, é o fato de o país passar a adotar a conexão de rede chamada *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication* (SWIFT)², contando com uma integração entre redes globais de transmissão de dados financeiros, com outros 208 países. Já o segundo é a concretização desse crescimento técnico e a instalação nomeada de Sistema de Pagamentos Brasileiro³ no ano de 2002.

No que se refere à formação socioespacial brasileira com a implementação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), Contel (2009), conclui:

Neste caso, o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) vem aumentar a racionalidade e a eficiência da chamada Rede do Sistema Financeiro Nacional. As redes corporativas fazem crescer exponencialmente a eficácia da ação das empresas financeiras hegemônicas, por três principais motivos: (i) elas aumentam a velocidade dos fluxos financeiros informacionais, que são tornadas instantâneos, em boa parte dos casos; (ii) elas imprimem também uma maior segurança aos fluxos hegemônicos, colaborando para que mais atores possam se utilizar dessas redes; e (iii) elas diminuem sensivelmente os custos relacionados à movimentação de recursos, mensagens e informação (2009, p.130-131).

No conjunto de transformações do alcance dos serviços bancários brasileiros, podemos destacar a recente expansão do uso de correspondentes bancários. As Resoluções de número 2.640 (25 de agosto de 1999) e 2.707 (30 de março de 2000) do Banco Central possibilitaram que os Bancos Comerciais e Múltiplos atuantes adquirissem a prerrogativa de abertura de correspondentes bancários, o que viria a alterar sensivelmente a topologia bancária nacional. Entende-se por

² A rede SWIFT foi fundada na cidade de Bruxelas, no ano de 1973, primeiramente funcionava entre 15 países (envolvendo a Comunidade Econômica Européia), integravam 239 instituições financeiras (GOLDFINGER, 1996, apud CONTEL, 2009). Atualmente, utilizam esse sistema informacional 208 países, e cerca de 8.300 clientes, principalmente, bancos e companhias de seguro globais (SWIFT, 2008, apud CONTEL, 2009).

³ Segundo Contel (2009), a Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA) define o SBP como “... o conjunto de procedimentos, regras, instrumentos e sistemas operacionais integrados, usados para transferir fundos do pagador para o recebedor e, com isso, encerrar uma obrigação de pagamento, interligando desta maneira o setor real da economia com as instituições financeiras e o Banco Central” (ANDIMA, apud CONTEL, 2009, p. 127).

correspondentes, aqueles que se localizam dentro de um estabelecimento de outra finalidade, que não a financeira, como em padarias, farmácias, supermercados, locadoras de vídeo entre outros. Esse trabalho monográfico, não estuda a localização dos correspondentes bancários, assim como os Postos de Atendimento Bancário (PAB's) e os *Automatic Teller Machine* (ATM's), conhecidos como "Bancos 24 horas". Entretanto, isso não simplifica o sistema bancário das agências. O que se avalia é a forma tradicional de atendimento, sem descartar os avanços técnicos e normativos que refletem no espaço (CONTEL, 2009).

O trabalho de Dias e Lenzi (2009) enfatiza, a respeito dos novos sistemas técnicos informacionais da seguinte forma:

Limitada inicialmente à escala da agência, a automação das caixas automáticas ultrapassou o limite das agências e se disseminou pelos espaços urbanos, permitindo a difusão dos serviços de autoatendimento. A partir de 1995, com a introdução do *home banking*, o uso doméstico dos serviços não cessa de crescer: o número de transações bancárias pela Internet passou de 38,7 milhões para 6,2 bilhões entre 1998 e 2006 (2009, p.115)

As disseminações dos sistemas técnicos informacionais ampliaram o alcance dos serviços bancários no espaço. Tal processo foi denominado de "produtividade espacial", por Santos (1996, p.197 apud CONTEL, 2009). Resumidamente, é a produtividade dos atores financeiros que contribuem para que eles se tornem mais poderosos do que os demais atores econômicos presentes no arranjo espacial (CONTEL, 2009).

2.3 Panorama baiano da rede bancária

Na escala do estado da Bahia, vale destacar as contribuições de Kraychete (2009). A autora, ao analisar o panorama do estado baiano, enfatiza os seguintes fatores: (i) número de agências bancárias por município; (ii) indicador de estoque que é a média do volume de recursos captados e aplicados; (iii) indicador de centralidade que é a posição hierárquica das praças financeiras de acordo com a

participação relativa de seus respectivos indicadores de estoques; e, por fim, (iv) o indicador de dinamismo financeiro definido pela razão crédito/deposito x 100 (E/D)⁴.

Na tabela 1 foi comparada a posição relativa da rede bancária baiana frente às principais praças bancárias brasileiras, observa-se uma participação tímida do estado. De acordo com Kraychete (2009), em 2005, por exemplo, a Bahia absorveu 4,21% do número de agências, 1,57% do estoque médio de depósitos e 1,92% do estoque médio de créditos em relação ao Brasil. O estado, neste mesmo ano, ficou atrás dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Ou seja, Minas Gerais possui 10,39%, enquanto o Rio de Janeiro 9,43% do número de agências brasileiras. Comparativamente, em relação ao estoque médio de depósitos 5,60% do primeiro e 9,37% do segundo, assim como o estoque médio de créditos 6,41% e 7,48%, respectivamente.

Tabela 1 – Bahia: posição relativa no sistema financeiro brasileiro por número de agências, estoque médio de depósitos e estoque médio de créditos⁵ - 2005

Estado	Nº Agências %	Estoque Médio de Depósito %	Estoque Médio de Créditos %
Bahia	4,21	1,57	1,92
Rio de Janeiro	9,43	9,37	7,48
Minas Gerais	10,39	5,60	6,41
São Paulo	32,31	53,98	52,34
Brasil	100,00	100,00	100,00

Fonte: Banco Central do Brasil/SISBACEN. Cálculos de Kraychete (2009).

Reafirmando Corrêa (2006) a metrópole paulistana e o seu estado, concentra as mais complexas atividades financeiras, como atua também, como o principal centro de gestão do território nacional. Apresenta-se com 32,31% do número total de

⁴ Estão sendo adotados os resultados do dinamismo financeiro de cada praça, sob a perspectiva de Kraychete (2009), a partir da razão crédito/deposito. Praça financeira dinâmica: E/D > 1; praça financeira estagnada: E/D = 1; praça financeira com pouca vitalidade: E/D < 1.

⁵ A movimentação financeira de uma agência não se restringe a uma relação clássica de poupadores (depósitos) e investidores (créditos), entretanto esses indicadores servem de parâmetro para obtenção da idéia do volume de movimentação financeira. “A partir de meados dos anos 1960, a reforma do sistema bancário buscou romper os limites colocados por uma modalidade de intermediação financeira baseada na preponderância do tradicional esquema de captação de depósitos, por um lado, e na oferta de crédito como a fonte central de aplicação, por outro” Kraychete (2009, p.78). Os bancos buscam muito mais do que vender empréstimos, vendem serviços e produtos, tais como, por exemplo, seguros.

agências e mais da metade em transações de estoque médio de depósito e crédito do país, em 2005.

A distribuição da rede bancária na Bahia segue uma tendência nacional e histórica. Como visto anteriormente, ela é concentrada em regiões mais rentáveis e consolidadas economicamente. A cobertura do território baiano, com 417 municípios, detém 836 agências⁶, segundo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). De todos os municípios baianos, apenas seis detêm mais de 10 firmas bancárias. Destacam-se: Salvador com 262 estabelecimentos; Feira de Santana com 33; seguido de Camaçari e Vitória da Conquista com 14 cada; Itabuna com 13; e Lauro de Freitas com 11. Tais municípios possuíam em 2007, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 43,89% do Produto Interno Bruto do estado. Os dados de Kraychete (2009), afirmam que em 2005, 37% dos municípios baianos não contavam com o serviço bancário em agências⁷. Neste momento, 2005, segundo a autora, existiam 65% dos municípios baianos com apenas um estabelecimento financeiro.

O panorama em 2010, do estado da Bahia, na distribuição de bancos, pela origem do capital, revela que na escala estadual, existem 52,5% de bancos públicos. Entretanto, em Salvador, existe a supremacia de bancos com origem de capital privado, atingindo um crescimento de 65,3%, no mesmo ano. Para Kraychete (2009), isso constata a preferência do capital privado por locais mais rentáveis e seguros, enquanto os de capital público estão em centros mais antigos e menos vultosos. O Centro Municipal Camaragibe segue a lógica de Salvador, com preponderância de bancos com capital de origem privada. Na seção 4 será feita uma análise mais detalhada dessa questão.

Em 2005, a movimentação financeira no estado da Bahia, segundo Kraychete (2009), registrou uma razão crédito/depósito de 0,73%⁸. A interpretação, de acordo com a metodologia da autora, é a de que a economia do estado, em meados dos

⁶ A Federação Brasileira de Bancos atualiza mensalmente a quantidade de firmas bancárias por município no endereço eletrônico. Disponível em: www.febraban.org.br/buscabanco. Acesso em: 2 junho de 2010.

⁷ Esclarece Kraychete (2009) que existem parcerias entre bancos e empresas como a Caixa Econômica e as casas lotéricas, assim como o BRADESCO e a Empresa Brasileira de Correios que leva vários serviços bancários às praças desassistidas pela rede convencional. O que significa que alguns municípios mesmo na ausência podem possuir os serviços bancários.

⁸ A Bahia registra em 2005, um estoque médio mensal de depósitos de R\$ 13.498.738.030,75 e estoque médio mensal de créditos de R\$ 9.844.350.010,17. (KRAYCHETE, 2009)

anos 2000, apresentou baixa vitalidade financeira de arraste de recursos e capitais na forma de créditos.

Ainda sobre o mesmo estudo, a Região Metropolitana de Salvador detém 65,5% do total de depósitos e 59,4% dos créditos, em relação ao estado. A capital baiana concentra internamente da Região Metropolitana, as operações financeiras. “Na dinâmica interna [...] comandada por Salvador, ela absorve 94% e 96% do estoque médio de depósito e do estoque médio de créditos, respectivamente” (KRAYCHETE, 2009, p.92).

Segundo a mesma autora, a realidade de Salvador com relação à Região Metropolitana - municípios onde se concentram a maior parte da indústria baiana – é um reflexo do local das sedes regionais dessas grandes empresas privilegiarem as transações financeiras no espaço urbano da capital baiana. Avançando mais, ela presume que boa parte dessas operações, que se estabelecem em Salvador, seja composta para fora do espaço estadual.

Por fim, Kraychete (2009) pondera a respeito da concentração espacial:

Traduzindo a concentração espacial verificada na economia baiana, são poucas as praças que alcançaram estoque médios de depósitos e de créditos superiores a cem milhões de reais. Enquanto a classificação por depósitos – doze praças – reflete uma dinâmica onde as históricas “capitais regionais” pontuam entre as mais importantes, a classificação por estoque de crédito já evidencia um mapa financeiro onde os sinais do agronegócio se fazem presentes. (2009, p.93)

Resumidamente, analisamos, neste capítulo, a dinâmica do Sistema Financeiro brasileiro, na escala nacional, e enfocamos o quão os bancos se concentram no espaço. No próximo capítulo, serão abordados os fatores que podem determinar a localização dos serviços bancários no espaço urbano, a partir da apreciação dos estudos de Figueiredo e Crocco (2009) pela preferência de liquidez dos bancos, os de Cavalcante, Crocco e Ruiz (2008) a respeito das centralidades urbanas e Sicsú e Crocco (2003) sobre os fatores de distribuição de renda e população.

3 FATORES QUE DETERMINAM A LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS NO ESPAÇO URBANO

No momento histórico da globalização, a competição pelos melhores locais passa a ser uma das estratégias das corporações e, de um modo geral, envolve o ramo industrial, comercial, o de serviços e o financeiro.

Identificar os fatores que determinam a localização dos serviços bancários não pode ser fruto de uma mera especulação de características. Como visto no capítulo anterior, os serviços bancários acumulam-se no espaço a partir de estratégias econômicas que buscam auferir maiores lucros, ou seja, uma agência tende a escolher praças confiáveis dentro de tecidos urbanos dinâmicos.

De acordo com Figueiredo e Crocco (2009), a tarefa de identificação dos fatores é dificultada no Brasil pela deficiência relativa à disponibilidade de informações em escala regional e pelo alto grau de integração entre regiões, em que atitudes numa região específica podem ter conseqüências de outros locais. Apesar desta constatação, os autores destacam a existência de fortes fatores indicativos.

No espaço urbano as lógicas de localização das atividades bancárias são móveis e inacabáveis. Como afirma Dias e Lenzi:

[...] as redes dos maiores bancos privados chamam a atenção para formas particulares de reorganização da atividade financeira, resultantes de ações empreendidas em diferentes escalas espaciais. Nossa hipótese é que as mudanças econômica, tecnológica, normativa, política e espacial estão articuladas num só conjunto interdependente, resultante do encontro entre a internacionalização das finanças e os determinantes internos a cada Estado-Nação (históricos, geográficos, econômicos, organizacionais e políticos). (2009, p.98)

Com exceção feita à primeira seção deste capítulo, 3.1, os fatores que serão abordados a seguir relacionam-se à esfera local e urbana. Para primeira seção preferência pela liquidez dos bancos não possuímos dados suficientes para sua aplicabilidade no local, embora, a abordagem da liquidez seja fundamental, para o entendimento das centralidades urbanas. As duas últimas influências para a localização dos bancos são a renda e a população.

3.1 Preferência pela liquidez dos bancos

Segundo Figueiredo e Crocco (2009), o indicador preferência pela liquidez dos bancos (PLB) é “calculado dividindo-se o mais líquido dos itens do passivo dos bancos (total dos depósitos à vista) pelo item menos líquido do ativo (total dos créditos concedidos)”. A explicação visa medir a maior ou menor disposição dos bancos em manter-se mais ou menos líquidos. Dessa forma, quanto maior o índice em análise, maior a preferência pela liquidez do banco. Em outras palavras, menor a sua disposição em emprestar, mais defensivo a sua postura diante da liquidez (FIGUEIREDO; CROCCO, 2009, p.9). Na figura 2 há as diferenças da PLB dos bancos, por região, entre 1989 – 2006.

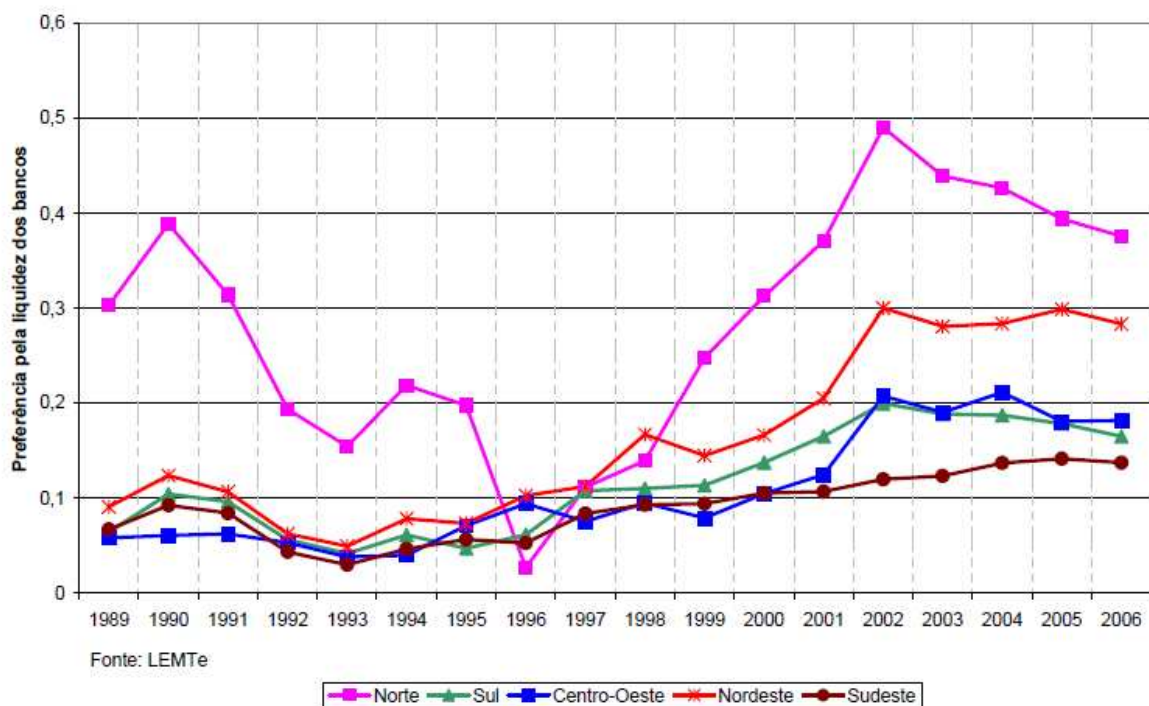


Figura 2 – Preferência pela liquidez dos bancos, por região 1989 - 2006

Fonte: Figueiredo e Crocco (2009)

Nas palavras de Figueiredo e Crocco (2009):

O gráfico permite duas análises. Em primeiro lugar, o resultado confirma a teoria pós-keynesiana (DOW, 1993), segundo a qual em regiões mais atrasadas a preferência pela liquidez tende a ser maior. De acordo com esta abordagem, os locais menos desenvolvidos economicamente apresentam maior incerteza sobre o futuro, o que leva os agentes lá instalados (bancos

e público, de uma forma geral) a buscarem ativos mais líquidos como forma de proteção. Assim, a preferência pela liquidez nestas regiões é maior. Por outro lado, nas áreas mais desenvolvidas (regiões centrais) há maior disposição tanto para demandar como para ofertar crédito – reflexo de uma menor preferência pela liquidez dos agentes. (2009, p.9)

Numa perspectiva nacional, dividida em regiões, a figura 2 mostra que o indicador preferência pela liquidez dos bancos é menor nas regiões Sudeste e Sul. A região Norte menos desenvolvida apresenta maiores níveis. Com os estudos de Figueiredo e Crocco (2009), o fato de ter mais incertezas econômicas faz com que, os mediadores financeiros reduzam o risco ao crédito, diminuindo o seu volume, concedendo-o apenas a projetos mais confiáveis. Para os referidos autores, essa postura diferenciada por região atua em aprofundar as disparidades regionais.

3.2 Centralidades urbanas: as contribuições de Cavalcante, Crocco e Ruiz

Desenvolvida sob diferentes pontos de vista, mas de forma complementar, Christaller (1933) e Lösch (1944/54) apud Cavalcante; Crocco; Ruiz, (2008) fundamentaram a Teoria Clássica do lugar central com o “objetivo de explicar a localização de atividades onde o padrão de oferta segue um padrão de demanda que é disperso por natureza” (CAVALCANTE; CROCCO; RUIZ, 2008, p. 6).

Os mesmos autores atribuem à principal característica da teoria do lugar central em agregar o espaço urbano à análise, desenvolvendo um modelo hierárquico para explicar a localização de atividades de acordo com as urbanidades inerentes a cada lugar central de maior ou menor magnitude. Esse princípio será utilizado no próximo capítulo, para a discussão do atual CMC, dentro do espaço urbano de Salvador, e o seu papel de centralidade na concentração dos serviços, principalmente, os bancários.

Em estudos anteriores ao de Lösch (1944/54) apud Cavalcante, Crocco e Ruiz, (2008), numa concepção clássica de modelos, acreditava-se que a presença de depósito mineral ou especialização da força de trabalho exercia efeito de casualidade para as formações de concentrações urbanas. Os mesmos autores vão desenvolver que existem fatores mais relevantes na formação de uma concentração urbana. De forma hipotética e homogênea, numa visão nem sempre justa, o mesmo

autor delinea um modelo de equilíbrio, inúmeros preceitos, como a harmonia da disponibilidade das matérias – primas e insumos; a distribuição uniforme da população num espaço plano; e uma função de produtividade baseada no lucro certo e líquido, entre outros. O seu desenvolvimento permite que os preços finais variem de acordo com a distância percorrida pelo produto ao instante final do mercado, local de consumo. Repercutindo no preço e posteriormente na demanda oferecida. Caso fosse grande essa distância, maior seria o preço final e progressivamente menor a demanda.

A respeito da demanda, os estudos de Lösch (1944/54) têm como conseqüência as áreas limites que são vizinhas de outras áreas de demanda e concomitantemente sofrem e exercem papel na hierarquia sistêmica do meio urbano (CORRÊA, 2002).

Ampliando essas informações para o sistema financeiro, podemos destacar alguns fatores na localização dos serviços financeiros no espaço urbano. Os autores Sicsú e Crocco (2003), com relação aos custos de transporte, enfatizaram que este era uma variável irrelevante para a decisão locacional de uma agência. Para eles, o insumo (depósitos) e o produto final (algum serviço financeiro, como empréstimo, fundos de investimento, venda de seguros, etc.) não exercem necessidade de transporte. Mesmo espaço físico que ocupa o mercado consumidor e o mercado fornecedor.

Entretanto, no caso brasileiro, onde o sistema financeiro é marcado por bancos múltiplos nacionais a área de mercado é determinada pelos recursos fornecidos ao consumidor. Por exemplo, no que se refere aos empréstimos e venda de seguros pessoais, a área de influência naturalmente é mais limitada. Já em relação a outros serviços como câmbio, contrato de exportação, que só são processados em centros mais sofisticados e desenvolvidos, a sua área de mercado é mais ampla, do que no primeiro caso (CALVALCANTE; CROCCO; RUIZ, 2008).

Os desenvolvimentos teóricos de Christaller (1933) apud Cavalcante, Crocco e Ruiz, (2008), têm como principal questão a formação de uma rede de centros urbanos, cada um com seu tamanho dentro de uma hierarquia no espaço urbano. Conforme esse pilar teórico de sustentação, os referidos autores estabeleceram que um sistema urbano depende de dois movimentos simultâneos: concentração e centralização. A primeira situação “está relacionada ao processo de urbanização das cidades”; a segunda, “de acordo com Christaller (1933), consiste no

desenvolvimento desigual dos centros urbanos, com um grande centro urbano se sustentando no fortalecimento de serviços especializados” (CAVALCANTE; CROCCO; RUIZ, 2008, p.9).

A principal debilidade proposta por esse modelo está no fato de ele “ser incapaz de lidar com a localização de economias que não sejam governadas por uma orientação de mercado (ou por princípios de centralidade)”. Mesmo com esta constatação, a importância do modelo não perde o seu devido valor na discussão regional das economias de escala e valor do transporte (PAAR, 2002, apud CAVALCANTE; CROCCO; RUIZ, 2008, p.9).

No item anterior, a respeito dos níveis de preferência pela liquidez dos bancos, “é possível argumentar que quanto maior a diversidade da estrutura produtiva de uma região, menor será sua preferência pela liquidez” coabita a ideia de que locais assim, incentivam o desenvolvimento pela maior disposição de empréstimos bancários (CAVALCANTE; CROCCO; RUIZ, 2008, p.10). Por outro lado, os bancos se beneficiam do centro pela atração que ele exerce sobre novos investidores e a diversidade propicia aos melhores negócios.

Cavalcante, Crocco e Ruiz, concluem assim:

Além disso, o conceito de centralidade é importante para a decisão locacional de uma instituição financeira a medida em que esta possui uma “demanda por serviços intermediários”, variando desde sistemas de comunicação sofisticados – *soft e hardware* – a complexas assessorias legais. Dado que este tipo de serviços são característicos de regiões com maior centralidade, pode-se inferir que nestas regiões existe uma maior possibilidade de localização de uma instituição financeira, notadamente sedes de bancos e serviços financeiros mais sofisticados. (2008, p.11)

3.3 Fator distribuição de renda

Em busca de uma teoria de localização de agências bancárias, no caso brasileiro, a distribuição da renda requisitaria uma rede bancária mais eficiente e numerosa, com a finalidade de capturar mais recursos e de realizar maiores vendas dos seus produtos a um número maior de clientes. Uma das variáveis capazes de explicar a localização de agências bancárias é o volume de renda monetária e sua forma de distribuição espacial e individual. (SICSÚ; CROCCO, 2003).

Por outro lado, a distribuição populacional, tampouco a do Produto Interno Bruto (PIB), não seria suficiente para explicar a localização de agências bancárias, neste contexto de concentração das firmas financeiras: regiões com mesmo quantitativo populacional e mesmo PIB, podem ter números diferentes de agências. Porém o PIB local, como também o grau de concentração de renda, e conseqüentemente de serviços, podem gerar maior demanda e arraste de bancos (SICSÚ; CROCCO, 2003).

Norteamos que a influência do capital interferisse na distribuição bancária, devido os significado urbano da demanda, teorizado por Pedrão, como sendo:

A demanda é uma característica fundamental na análise que sustenta a política econômica urbana. Em sua composição e magnitude, principalmente, nas interdependências entre seus componentes, a demanda urbana revela, de modo imediato, a relação entre necessidades e poder de compra da população. No modo como evolui, a demanda urbana revela as alterações de posição dos grupos urbanos e o modo como a composição de sua renda corresponde às escalas da capacidade instalada de prestação de serviços (1993, p.28)

3.4 Fator populacional

O fator populacional segue uma lógica aparente na localização dos serviços bancários, pois a primeira suposição é a de que uma praça financeira com maior densidade populacional resulte em maiores possibilidades de depósitos a vista, ou seja, potenciais poupadores. Assim como se espera um consumo por esses serviços mais pungentes e quantitativos. Tal como é sugerido por Martin (1999) apud Sicsú e Crocco, (2003, p.97), “é de se esperar que em regiões com maior número de habitantes seja observado um maior número de agências”.

Numa análise do número de habitantes para cada agência, distribuídos por estados e regiões brasileiras nos anos de 1991 e 2000 (os anos em que houve o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE), constatou-se que o Norte e o Nordeste já possuíam um grande número de habitantes por agência bancária, agravando-se de 1991 a 2000. Conforme figura 3.

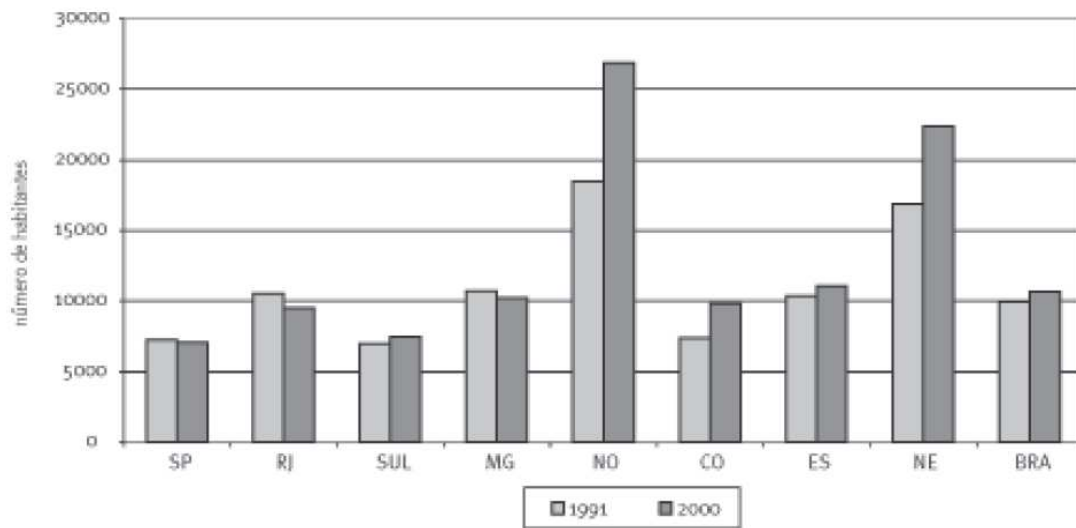


Figura 3 – Número de habitantes para cada agência distribuídos por estados e regiões em 1991 e 2000.

Fonte: Elaborado por Sicsú e Crocco (2003)

Contrariando a lógica nacional, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais melhoraram a distribuição de habitantes por agências de 1991 a 2000. Entretanto “o número de habitantes por agência é muito diferente nas diversas regiões e estados, isto significa que outros fatores, além do populacional, devem ser mais fortes” (SICSÚ; CROCCO, 2003, p.101), ou seja, a explicação da distribuição da rede bancária pode ser uma combinação de fatores, que nem sempre é obediente a um único fator.

Assim, o estudo desses fatores deve permitir conhecer e avaliar processos sociais, econômicos e espaciais urbanos, independentes, que em seu conjunto possam revelar os motivos locacionais de concentração bancária no espaço. Entendemos de fundamental importância a formação do Centro Municipal Camaragibe em Salvador para o entendimento da concentração bancária ocorrida no local.

4 CARACTERIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE UM CENTRO FINANCEIRO: O CMC EM SALVADOR

O CMC⁹ é a delimitação territorial em uso pelo atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da capital baiana, de acordo com a lei municipal número 7. 400 no ano de 2008, que será adotado como recorte espacial nesta monografia. Esse espaço é denominada popularmente de “Iguatemi” que, por vezes, será utilizada como sinônimo, mesmo sabendo que esse é o nome dado ao principal empreendimento do local, inaugurado em dezembro de 1975, o *Shopping Center Iguatemi*.

O CMC é o centro financeiro de maior destaque do cenário baiano e se apresenta como símbolo do grande dinamismo da expansão urbana de Salvador. Teve início a partir dos anos 70, com a implantação de grandes equipamentos públicos e privados: a Estação Rodoviária de Salvador, em 1974, com o seu alcance regional; o *Shopping Center Iguatemi*, em 1975, sendo o primeiro do gênero na cidade; e o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (DESENBANCO), em 1977, a primeira instituição financeira deslocada para um local praticamente desabitado na época. Neste capítulo, não temos a intenção de destacar os outros empreendimentos do setor terciário que se concentram na área. Discutiremos a concentração e a especialização exercida por esse setor, como fator locacional de bancos.

Convergimos com a tese de Oliveira (2003), que classifica, dentre os diversos núcleos encontrados em Salvador, a centralidade do Iguatemi como sendo o principal pólo de nucleação, compreendido em trechos margeantes Avenidas Tancredo Neves, Professor Magalhães Neto e Antônio Carlos Magalhães. Eis a localização do CMC em Salvador, na figura 4.

⁹ O CMC é batizado devido à presença de um rio Cambaragipe ou de cambarás (referindo-se a uma espécie de flor vermelha, que brotava ao longo do seu curso) no Vale do Camurugipe. Segundo Oliveira (2003), aparece em diversos documentos, como leis e recortes de jornais antigos, o nome do Vale do Camurugipe grafado sob diversas formas, a exemplo de Camurujipe, Camorogipe, Camaragipe.

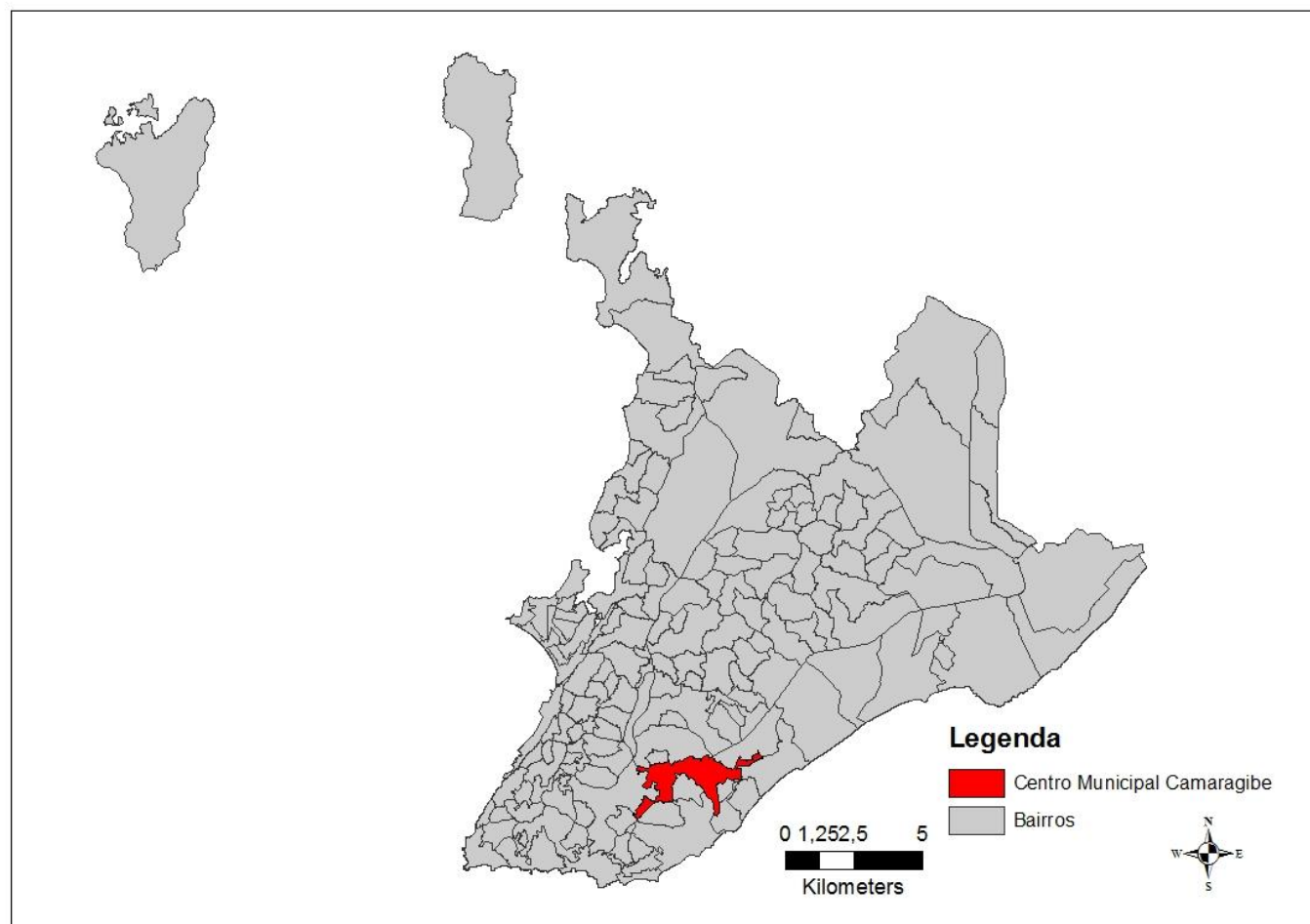


Figura 4 – Localização do Centro Municipal Camaragibe em Salvador

Fonte: Salvador (2007), elaborado pelo autor.

De acordo, com o Projeto de Delimitação de Bairros de Salvador, proposto em parceria entre a Prefeitura Municipal, a Universidade Federal da Bahia (UFBa), o governo do Estado e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Centro Camaragibe está contido nos bairros: Caminho das Árvores, Sitep, Costa Azul, Itaigara, Pituba, Brotas, Pernambués e Imbuí. Já os bairros do seu entorno são: Candeal, Saramandaia, Boca do Rio e Jardim Armação, conforme figura 5. Essa delimitação territorial do centro em estudo não reduz a sua ação a um local específico, em outras palavras, não descartamos as idéias de horizontalidades e verticalidades redefinidas por Santos (1999), que classifica como “dois arranjos e duas segmentações”, que atuam sob formas opostas no espaço urbano. Conceitua, dessa forma, o referido autor:

Nas atuais condições, os arranjos espaciais não se dão apenas através de figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. Hoje, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores. As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidades, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes inseparavelmente. É a partir dessas novas subdivisões que devemos pensar novas categorias analíticas (1999, p.284).

Esses recortes inseparáveis de horizontalidades e de verticalidades, segundo o mesmo autor, influem no espaço urbano, por meio da política, da economia e da geografia. Identificamos, por exemplo, que a formação do CMC foi um acordo exercido, principalmente, pelo poder público, conjuntamente com alguns agentes da iniciativa privada, setores hegemônicos, que se apropriaram do espaço, praticamente vazio, para criarem nele um centro financeiro de decisões, em detrimento de interesses coletivos da apropriação do espaço. Conseqüentemente, influenciaram a produção, a circulação, a distribuição e o consumo em nível regional. As verticalidades são arranjos que privilegiam as necessidades das empresas cujo centro de decisão se encontra fora das áreas em que efetivamente atuam.

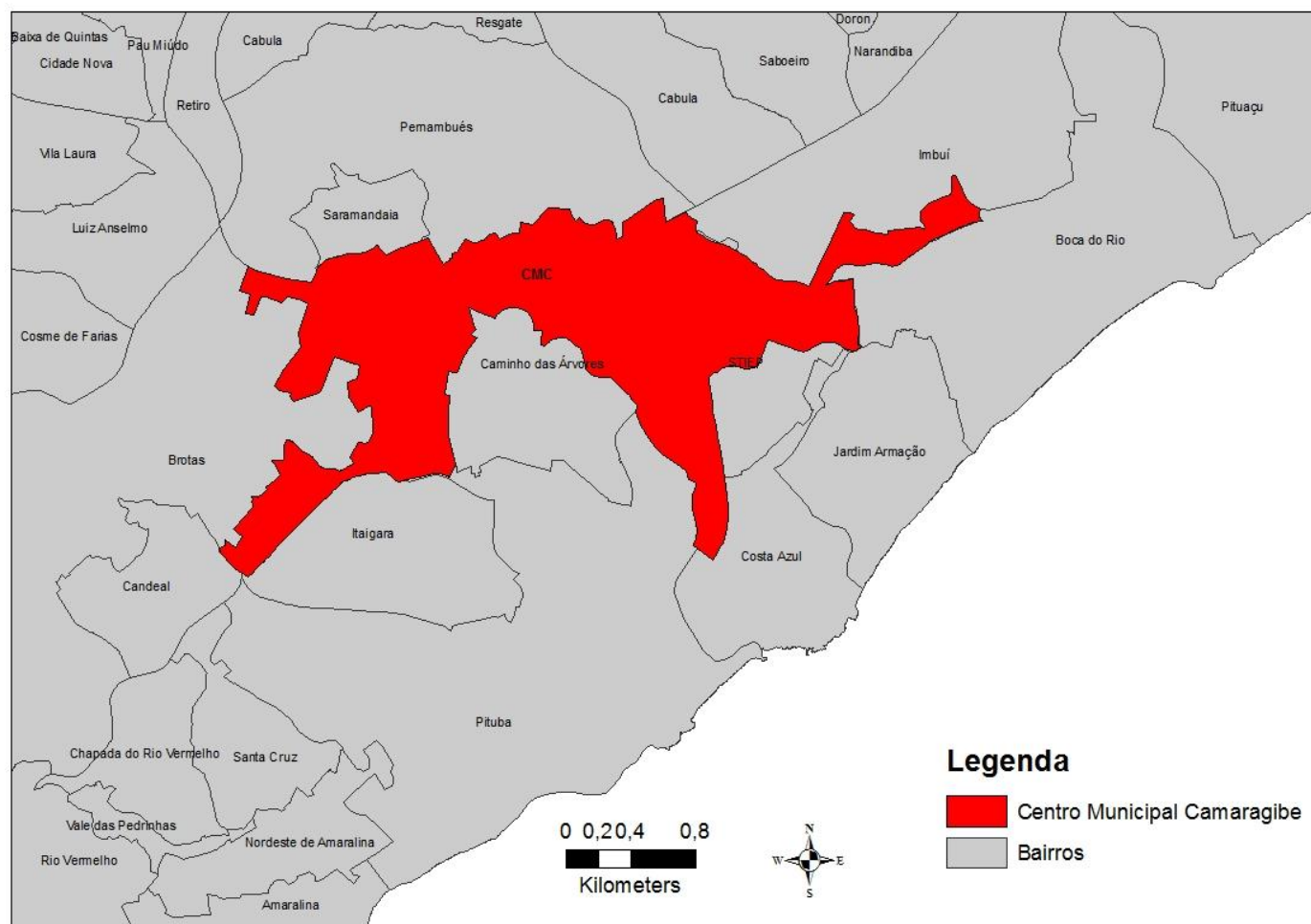


Figura 5 – O CMC e os bairros de Salvador

Fonte: Salvador (2007), elaborado pelo autor.

Não é o objetivo desta monografia a evolução urbana da cidade de Salvador por completo, mas se faz necessário, para a compreensão do estudo do Centro Municipal Camaragibe, o entendimento de sua formação. Então, destacamos o principal agente produtor desse espaço, nas palavras de Oliveira (2003):

A premissa básica que utilizamos considerou o Estado como um dos principais agentes produtores do espaço e reconhece-o, assim como Oliveira (1976, p.5), como “representante da burguesia monopolista-associada”. Entendemos que a partir da associação de vários interesses, que o Estado foi o principal agente facilitador da lógica hegemônica no sentido de fornecer as condições para que as redes se inscrevessem no espaço e operassem da forma mais eficiente possível, mas não sem conseqüências e custos sociais e espaciais, como a cristalização na forma urbana uma sociedade espacialmente segregada, que cria seus próprios enigmas (OLIVEIRA, 2003, p.114)

O *Shopping Center Iguatemi*, inaugurado em 1975, foi o início da cristalização dessa forma urbana, declarada anteriormente por Oliveira (2003), foi fundamentada pelo Projeto Pituba¹⁰, incorporado ao Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PLANDURB), que tinham por objetivo:

[...] oferecer, por antecipado, uma área para desenvolvimento e a localização das atividades econômicas de significativa importância, considerando que a área da Pituba, ostentava fortes atrativos para as camadas da renda que atende ao mercado formal de habitações, particularmente aquelas que optam pela casa isolada e de alto nível. (SALVADOR, 1976, p.12, apud OLIVEIRA, 2003, p.109).

O Plano usava, como diagnóstico da área, na época, a baixa densidade populacional. Ao mesmo tempo, o poder público dotou o vazio urbano de infraestrutura (água, esgoto sanitário, luz, rede de drenagem e viária) e liberou cinco empreendimentos para a iniciativa privada construir loteamentos residências, por meio de Termo de Acordo e Compromisso¹¹ (TAC), a partir dos anos 70.

¹⁰ Segundo Oliveira (2003), o Projeto Pituba foi financiado pelo DESENBANCO, juntamente com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), sendo executado com o Decreto nº5.065, de 30 de novembro de 1976 e publicado em 2 de dezembro de 1976, que instituiu a Zona Homogênea da Pituba.

¹¹ Os Termos de Acordo de Compromisso (TAC) são contratos legais celebrados entre a Prefeitura Municipal e proprietários de terra, autorizando a criação de loteamentos privados. Para maiores informações de como ocorreram os cinco Termos de Acordo de Compromisso ao longo da década de 70, consultar Oliveira (2003).

Ainda nesta seção, a respeito da formação do CMC, será estudado em 3.1, o equipamento, *Shopping Center Iguatemi*, inaugurado em 1975. Em 3.2, a realocação do DESENBANCO, em 1977 sua importância para o desenvolvimento do estado e seu pioneirismo na formação deste centro financeiro. Finalizando está seção em 3.3, a legislação atual, que justifica as atividades econômicas e a centralidade urbana.

4.1 *Shopping Center Iguatemi*

Segundo Souza (1984) apud Oliveira (2003), os primeiros esforços para a construção de um grande empreendimento para área do CMC foi a iniciativa da própria Construtora Odebrecht, aliado ao Esporte Clube Bahia para construção de um estádio de futebol. Como esse projeto não se concretizou e a Construtora tinha, particularmente, o TAC do Caminho das Árvores (assinado em 1972), destinado aos grupos de alta renda, necessitava-se de um equipamento âncora para valorização do local. Posteriormente, a área que seria o estádio foi desmembrada para a construção do *shopping* com a localização indicada pelo renomado urbanista Lucio Costa. Essa escolha foi motivada pela proximidade do local com as Avenidas Antônio Carlos Magalhães e Luis Vianna Filho. Conclui Oliveira (2003), que o empreendimento já contava com a necessária infra-estrutura viária, acessibilidade assegurada pelo poder público.

A inauguração do *Shopping Center Iguatemi* em dezembro de 1975 representou não somente um marco na expansão da cidade, mas também um elemento re-estruturador da economia local, projetando suas influências no mercado de trabalho, na composição e peso do setor terciário soteropolitano (SOUZA, 1984 apud OLIVEIRA, 2003).

O *Shopping Center Iguatemi*, o primeiro empreendimento do ramo no estado da Bahia e o segundo do Brasil, atualmente é o quinto maior em faturamento do país. Dispõe de 68.295,23 metros quadrados de área bruta locável, 532 lojas, distribuídas em três pisos, gera diretamente 6 mil empregos

e cerca de 120 mil pessoas passam por suas alamedas nos finais de semana. Ainda detêm 12 salas de cinema, duas praças de alimentação, 22 mil vagas rotativas de estacionamento, segundo informações do próprio *Shopping Center Iguatemi*¹².

A prestação de serviços bancários e de câmbio, também, é uma característica do empreendimento que se apresenta com os seguintes estabelecimentos financeiros: Banco Bradesco, Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco Safra, Banco Santander, Caixa Econômica Federal, UNIBANCO, BMG, BPN, FINIVEST, IBI e LOSANGO. Na próxima seção 4.2, explicaremos o momento que o CMC começou com atividade bancária.

4.2 Realocação do DESEMBANCO em 1977 e o pioneirismo na formação do centro financeiro

A Lei Estadual de número 2.321, de 11 de abril de 1966 possibilitou a criação de uma instituição financeira de desenvolvimento estadual, que só foi instituída em 16 de setembro do mesmo ano chamando-se Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (BANDEB). A portaria especial do Banco Central do Brasil, em 24 de novembro daquele ano, autorizou a funcionar no sétimo andar na Agência Centro do Banco do Estado da Bahia (BANEB). Foi renomeado para DESEMBANCO, no governo de Antônio Carlos Magalhães em 1970, e passou a ter sede própria em 1974, agência localizada no Largo dos Aflitos (OLIVEIRA, 2003).

Logo após a aprovação do Projeto Pituba, o DESEMBANCO transferiu-se para um prédio na Avenida Tancredo Neves em 1977, marcando o pioneirismo no atual centro financeiro de Salvador, com uma negociação junto à Construtora Norberto Odebrecht, como afirma Oliveira (2003). Consideramos a medida de realocação de um banco do segmento público e de desenvolvimento um marco estratégico estatal de localização, associado em sincronismo e convergência com uma empresa privada, na busca de atrair

¹² Disponível em: www.iguatemisalvador.com.br. Acesso em: 29 de Julho de 2010

investimentos para o local, além de atuar como incentivo para a centralidade urbana do Iguatemi e fazer com que outros empreendimentos se estalassem no local. O foco do próximo capítulo será a concentração de agências bancárias na área do Iguatemi no ano de 2007.

Kraychete (2009) destaca a importância do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia na década de 70, nos repasses de fontes dos recursos recebidos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Banco Nacional de Habitação (BNH), depósitos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e recursos próprios. A marca do DESEMBANCO se fez presente no financiamento aos setores públicos e privados, entre 1966 e 2001, os investimentos atingiram 12,7 bilhões. O segmento privado foi o mais beneficiado, principalmente o setor industrial. Os relatórios da instituição citam financiamentos a empresas do Centro Industrial de Aratu (CIA), Pólo Petroquímico de Camaçari (implantação e posterior ampliação, já nos anos 80), dentre outros distritos industriais no interior do estado.

Inferimos que nos casos específicos do DESEMBANCO, financiamentos de centros industriais como CIA, década de 60, e Pólo Petroquímico, década de 70 e 80, repercutiram na expansão urbana de Salvador¹³, principalmente, na região de expansão territorial daquele instante, como na Pituba, Caminho das Árvores e Itaipara com a mercantilização do solo urbano, por meio dos já referidos cinco Termos de Acordos de Compromisso (TAC), nos de 1970.

Como afirma Souza (2006), devido à proximidade de uma centralidade urbana mais desenvolvida, os trabalhadores dessas indústrias optaram por residirem em Salvador. Conforme estabelecido na Figura 6, essa constatação continuou em 2002.

¹³ Pedrão (1993) classifica que Salvador enfrentou três etapas significativas de transformação desde a década de 1950. A primeira teve início com as atividades da Petrobrás, na década de 1950 até a reforma urbana de 1968. A segunda tem como período de 1968 com a implantação do CIA e do Pólo Petroquímico de Camaçari e concluiu com a operacionalização do Pólo, por volta de 1978. A terceira etapa é a decadência da ação provedora do governo, que transfere a concentração de despesas na região metropolitana de Salvador por investimentos em estradas, obras de irrigação e obras sociais no interior do Estado.

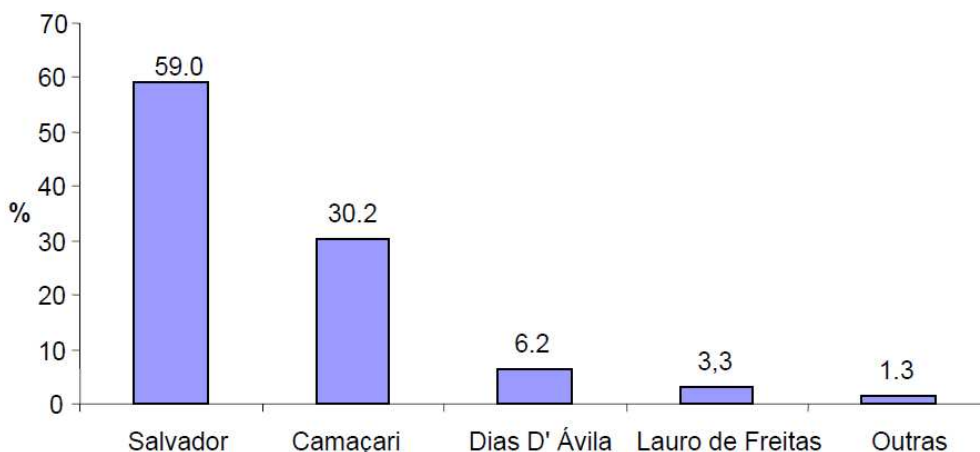


Figura 6 – Local de residência dos trabalhadores do Complexo Industrial de Camaçari - 2002

Fonte: P&A (2002) apud Souza (2006)

Retomamos ao conceito de “gestão do território” na visão de Corrêa (2006), apresentado na seção 1, como sendo “as ações exercidas pelos agentes sociais, privados e públicos, no sentido de apropriar-se de um território e controlar a sua organização socioespacial” (2006, p.63). O papel desempenhado pelo DESEMBANCO, nas décadas de 70 e 80, foi o de gestor do território, pois estabeleceu que o local de partida dos investimentos (agência localizada na Avenida Tancredo Neves), fosse, também, o local de retorno (a expansão urbana da cidade). Ambos contribuíram para o fortalecimento do que hoje é o CMC.

Em 2001, o DESENBANCO realizou o seu último financiamento como banco desenvolvimentista, com o projeto Complexo Industrial Ford Nordeste, conforme Kraychete (2009). Depois disso, tornou-se Agência de Fomento do Estado da Bahia¹⁴ (DESENBÁHIA), do ponto de vista jurídico “instituições não-financeiras”, sem autorização por lei de captar depósitos, funcionam com uma única sede, conseqüentemente não puderam se endividar, seus recursos são repasses direcionados do BNDES e do Banco Mundial.

¹⁴ As medidas de transformação de Bancos Estaduais em Agências de Fomento surgem do Programa de Incentivo à Redução do Estado na Atividade Bancária (PROES) instituído pelo governo federal, como já dito na seção 1.

4.3 Legislação do zoneamento e das atividades no CMC

O vigente Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), elaborado em 2007, na Seção III, “Das Zonas de Usos Não-Residências”, Subseção I, “Dos Centros Municipais”, no artigo 171, nomeia e identifica as três centralidades urbanas de Salvador. São elas: Centro Municipal Tradicional (CMT), Centro Municipal Camaragibe (CMC) e Centro Municipal Retiro-Acesso Norte (CMR). Esse Plano Diretor classifica o município de Salvador como uma cidade “polinucleada”. Contudo, na seção 4, veremos que existe uma fragilidade conferida ao termo, pois Salvador é uma cidade centralizadora, principalmente, na distribuição dos bancos e no estabelecimento de centros financeiros (SALVADOR, 2007, p. 89).

Segundo Salvador (2007), no seu artigo 171, segundo parágrafo, o CMC (Camaragibe/Iguatemi) é classificado como:

[...] principal centro de negócios do Município, beneficiado pela localização na convergência dos grandes corredores do sistema viário estrutural e pela presença do principal terminal interurbano de transporte rodoviário de passageiros, vinculando-se às atividades de comércio varejista e serviços financeiros, pessoais e de apoio empresarial (SALVADOR, 2007, p. 89).

Resumidamente, a leitura indica que essa centralidade é a principal do Município e está voltada, intencionalmente, para o setor terciário, com destaque para os serviços financeiros, os ramos varejistas e os empresariais.

O sistema viário estrutural do CMC tem a presença do “principal terminal interurbano de transporte rodoviário de passageiros”, por isso, uma alta convergência de pessoas. Caracteriza-se, dessa maneira, como um pólo gerador de tráfego, “com grandes corredores do sistema viário”, justificado pela concentração dos serviços encontrados no local.

No artigo 173, as diretrizes para o CMC é a manutenção da vitalidade econômica, apoiadas pelo valor dos imóveis existentes, como pode ser observado, no artigo da lei:

Art. 173. São diretrizes para o Centro Municipal Camaragibe, CMC:
I - manutenção da vitalidade econômica e da qualidade urbanística dos espaços que o integram, assegurando condições de infraestrutura e locacionais adequadas para o desempenho das funções de centralidade, e preservando o valor do patrimônio imobiliário existente. (SALVADOR, 2007, p. 91)

Tal valorização do uso do solo é condicionada pelo poder de compra da população, ou seja, o padrão de renda. Como um processo cíclico o padrão de renda, por sua vez, beneficia as atividades financeiras que tendem a ser mais pungentes, já que os serviços realizados são mais sofisticados, assim os lucros convergem para o setor terciário. Veremos no próximo capítulo como os bancos se beneficiam nessa conjuntura.

Os efeitos dessas ações governamentais, por meio das leis, são trágicos, estimulam a formação de um espaço urbano desequilibrado socialmente, dentro da cidade de Salvador. O poder público passa a assumir o papel de provedor da especulação imobiliária, mantenedor da lógica de valorização do solo urbano nos centros, em detrimento dos interesses coletivos de outras localidades. Serão aprofundadas as discussões a respeito dessas disparidades, do ponto de vista dos fatores locacionais das agências bancárias. Relacionaremos essas influências locacionais a concentração dos serviços bancários, a distribuição e especialização dos serviços e comércios, a distribuição de renda e a distribuição da população.

5 FATORES DE LOCALIZAÇÃO DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS NO CMC

Na hierarquia urbana de Salvador caracterizamos o Centro Municipal Camaragibe como a principal centralidade do município. Revelamos que o próprio poder público, por meio do Plano Diretor (2007), confirma essa intencionalidade, declarando que é o “principal centro de negócios do município” (SALVADOR, 2007, p. 89).

Salvador é uma cidade com características históricas, sociais, econômicas e com política complexa, por isso os fatores de localização das agências bancárias, acumulam-se no espaço. Não se pode ter, por exemplo, fatores de localização que estabeleçam uma quantidade exata de agências bancárias, por unidade espacial. Assim como, alguns locais condicionados a esses fatores podem deter diferentes números em agências bancárias. Atribuímos que existam fatores locacionais, que não possam ser mensurados no espaço, em cálculos precisos, mas que podem ser identificados.

Segundo a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), Salvador possuía 201 agências bancárias em 2007¹⁵. Uma análise comparativa da distribuição de agências com o Projeto de Delimitação de Bairros de Salvador demonstra que o município com 163 bairros, possui, somente, 41 com alguma agência bancária, ou seja, aproximadamente 25%¹⁶ do total de bairros. Entendemos que há uma baixa quantidade de bairros com agências bancárias para a dispersão do serviço no espaço urbano. Este dado é revelador de que existe uma concentração nos serviços financeiros, reflexo das disparidades da distribuição do capital, na cidade. A figura 7 mostra a distribuição espacial das agências bancárias no município referido.

¹⁵ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) eram 221 estabelecimentos financeiros, em 2007, ou seja, há uma defasagem de 20 pontos não georreferenciados. Mesmo assim, podemos diante do cenário apresentado buscar o objetivo do trabalho monográfico. Adotaremos as informações da CONDER (2007) / Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia (INFORMS), que considera 201 bancos, no referido ano. Apesar dessa limitação, existem virtudes que justificam o seu uso no estudo de localizar agências bancárias e, em particular, neste estudo.

¹⁶ Não defendemos que todos os bairros tenham localizadas agências bancárias, como visto em 1.2, as novas dinâmicas informacionais do sistema financeiro aumenta o seu alcance, cada dia mais. O que destacamos é a fragilidade da “polinuclearidade” de Salvador, em atender a população localmente dentro do limiar do bairro.

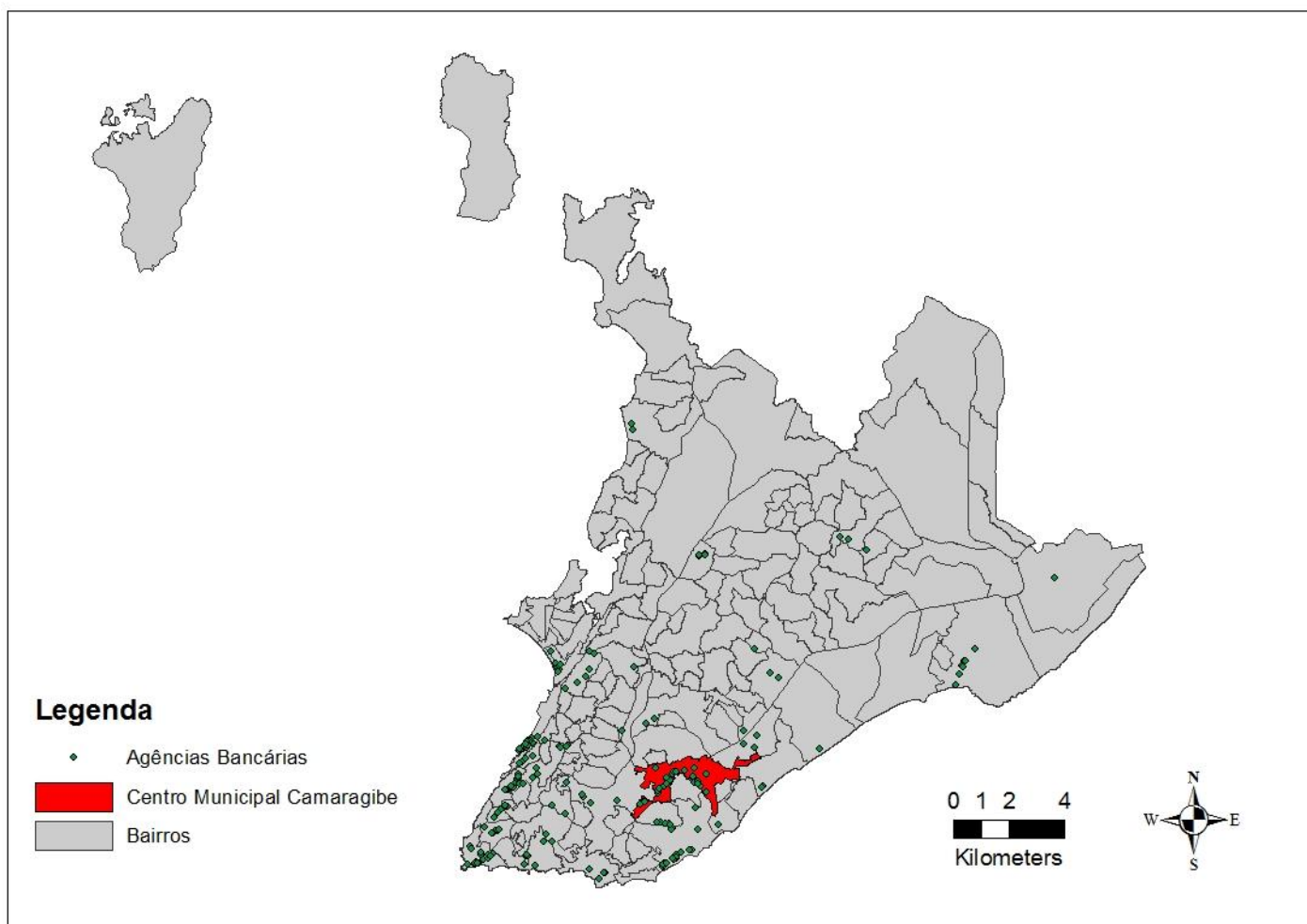


Figura 7 – Distribuição espacial de agências bancárias em Salvador

Fonte: CONDER (2007), elaborado pelo autor.

Na tabela 2, fica mais evidente que existe uma grande concentração dos serviços bancários em determinados bairros da cidade. A respeito da distribuição das agências, destacamos o CMC (Caminho das Árvores), o centro tradicional (Comércio), a cidade alta (Barra) e a orla Atlântica (Pituba), como principais concentradores do serviço. Seis bairros da capital baiana detinham 53,7% das agências bancárias, em 2007, são eles: Caminho das Árvores com 24 agências, Comércio com 23, Pituba com 18, Barra com 17 e Brotas e Centro com 13, cada um.

Tabela 2 - Distribuição das agências por bairros de Salvador - 2007

Bairros	Número de agências	Total de agências %
<ul style="list-style-type: none"> - Terroró, Santo Antônio, Fazenda Grande III, Aeroporto, Nova Sussuarana, Pituaçu, Narandiba, Pernambúes, Costa Azul, Pau Miúdo, Fazenda Grande do Retiro, São Caetano (uma agência); - Barris, Periperi, Fazenda Grande II, Centro Administrativo da Bahia, Boca do Rio, Cabula, Matatu, Engenho Velho de Brotas, Mares (2 agências); - Canela, Garcia, Imbuí, Federação (3 agências); 	1-3 agências	20,9%
<ul style="list-style-type: none"> - Porto Seco Pirajá, Centro Histórico, Rio Vermelho (4 agências); - Liberdade, Calçada, Nazaré; Itaigara (5 agências); - Ondina, Graça (6 agências) - Itapuã (7 agências); 	4-9 agências	25,4%
<ul style="list-style-type: none"> - Brotas, Centro(13 agências); Barra (17 agências); Pituba (18 agências); Comércio (23 agências); Caminho das Árvores (24 agências); 	+10 agências	53,7%
Salvador	201 agências	100%

Fonte: CONDER (2007), elaborado pelo autor

A partir dessa distribuição bancária, observamos que os principais centros financeiros de Salvador, especialmente, estão localizados bem

próximos uns dos outros. Entre os seis bairros concentradores de agências bancárias, a maior distância, no mapa, entre um e outro, foi obtida do Caminho das Árvores à Barra, que é de 7,5 quilômetros, aproximadamente.

Destacamos que com a dimensão de Salvador, com área geográfica continental de 324,5 quilômetros quadrados e uma população estimada, no ano de 2009, de 2.998.056 pessoas (IBGE)¹⁷, possuir uma “polinuclearidade”, em que a distância entre os pólos supracitados é de 7,5 quilômetros, revela que a lógica da estrutura territorial segue a concentração e proximidade dos centros financeiros, uns dos outros. Isso significa convergir em demasia os serviços, os empregos e, conseqüentemente, as demandas urbanas da cidade, para as mesmas localidades. Dito isso, o desenho urbano de Salvador e as agências bancárias centralizam-se no espaço. Veremos logo em seguida, tais medidas como um dos fatores locacionais dos bancos no CMC.

Consideramos, além desse fator, os seguintes: concentração e especialização de serviços oferecidos; distribuição de renda da população e densidade demográfica. Todos os fatores de localização serão abordados sob a perspectiva da capacidade de atração de um centro financeiro, o que faz dessa potencialidade, condição para os demais fatores locacionais de agências bancárias. Dessa forma, recorreremos sempre para “o poder de arraste” do centro financeiro, em específico o CMC.

5.1 Fator concentração das agências bancárias no CMC

Segundo dados da CONDER (2007), o Centro Municipal Camaragibe detêm 34 agências bancárias (aproximadamente, 67,6% de capital privado e 32,4% de capital público). Comparativamente, esses dados referentes a origem do capital no CMC, como pode ser analisado no quadro 1, aproxima-se dos obtidos para toda a cidade (aproximadamente, 65,3% e 34,7%, respectivamente).

¹⁷ Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 21 de junho de 2010.

AS 34 AGÊNCIAS BANCÁRIAS DO CMC	ORIGEM DO CAPITAL
BANCO DO NORDESTE (CAMINHO DAS ARVORES)	PÚBLICO
BANCO DO BRASIL (AGENCIA SHOPPING IGUATEMI)	PÚBLICO
BANCO DO BRASIL (AGENCIA JORGE AMADO)	PÚBLICO
BANCO DO BRASIL (AGENCIA CIDADELA)	PÚBLICO
BANCO DO BRASIL (AGENCIA CAMINHO DAS ARVORES)	PÚBLICO
BANRISUL (AV. TANCREDO NEVES)	PÚBLICO
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (SHOPPING IGUATEMI)	PÚBLICO
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (SHOPPING IGUATEMI)	PÚBLICO
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (SHOPPING IGUATEMI)	PÚBLICO
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (SHOPPING IGUATEMI)	PÚBLICO
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (SHOPPING IGUATEMI)	PÚBLICO
BRADESCO (SHOPPING IGUATEMI)	PRIVADO
BRADESCO (IGUATEMI)	PRIVADO
BRADESCO (DETRAN)	PRIVADO
BRADESCO (CIDADELA)	PRIVADO
BRADESCO (CIDADELA)	PRIVADO
BRADESCO (CENTRO EMPRESARIAL REDENCAO)	PRIVADO
BRADESCO (CENTRO EMPRESARIAL IGUATEMI)	PRIVADO
BRADESCO (AVN. TANCREDO NEVES)	PRIVADO
UNIBANCO (IGUATEMI)	PRIVADO
UNIBANCO (AVN ACM)	PRIVADO
CITIBANK (AVN. TANCREDO NEVES)	PRIVADO
BGN MERCANTIL E SERVICOS	PRIVADO
BANCO SUDAMERIS (AVN. TANCREDO NEVES)	PRIVADO
BANCO SANTANDER (AVN. TANCREDO NEVES)	PRIVADO
BANCO REAL (AVN. TANCREDO NEVES)	PRIVADO
BANCO REAL (AVN. ACM)	PRIVADO
ITAU PERSONALITE - ESPACO EMPRESARIAL	PRIVADO
BANCO ITAU (IGUATEMI)	PRIVADO
BANCO ITAU (CIDADELA)	PRIVADO
BANCO ITAU (AVN TANCREDO NEVES)	PRIVADO
BANCO ITAU (AVN MAGALHAES NETO)	PRIVADO
BANCO HSBC (SUAREZ TRADE CENTER)	PRIVADO
BANCO HSBC (SALVADOR SHOPPING)	PRIVADO

Quadro 1 – Origem do capital das 34 agências bancárias do CMC

Fonte: CONDER (2007), elaborado pelo autor

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), em 2010¹⁸, a cidade de Salvador possui 35 tipos de instituições financeiras, 24 instituições com apenas uma agência bancária, sendo 15 localizadas no CMC. Esses dados implicam a observação de que a maioria dos bancos que apresentam uma única agência como sede, na capital baiana, prefere localizar-se no Centro Camaragibe.

Os diversos agentes do espaço necessitam do desenvolvimento das suas atividades para obtenção de seus objetivos. Nesta perspectiva, exclusiva, o espaço é um objeto de uso, uma mercadoria. Cada agente desde que disponha a pagar pelo seu preço de mercado terá seu acesso, exceção feita pelas restrições da política de zoneamento urbano, papel que cabe ao poder público nortear os interesses coletivos da sociedade.

De acordo com a racionalidade da cidade de Salvador, a localização dos bancos é uma busca pelos locais centrais, onde se acumulam, normalmente, diversas agências bancárias da mesma instituição. Na centralidade do Camaragibe, segundo a CONDER em 2007, é possível observarmos, por exemplo, 8 agências bancárias do Bradesco, 5 do Itaú e da Caixa Econômica Federal, cada um, e 4 do Banco do Brasil. Atribuímos que localizá-las próximas umas das outras traga benefícios para a atividade bancária e traduzam os seus principais objetivos.

Na figura 8, estão espacialmente as 34 agências bancárias delimitadas pelo CMC, no entorno das Avenidas Antônio Carlos Magalhães, Tancredo Neves e Magalhães Neto.

¹⁸ Disponível em: www.febraban.org.br/buscabanco. Acesso em: 6 de junho de 2010.

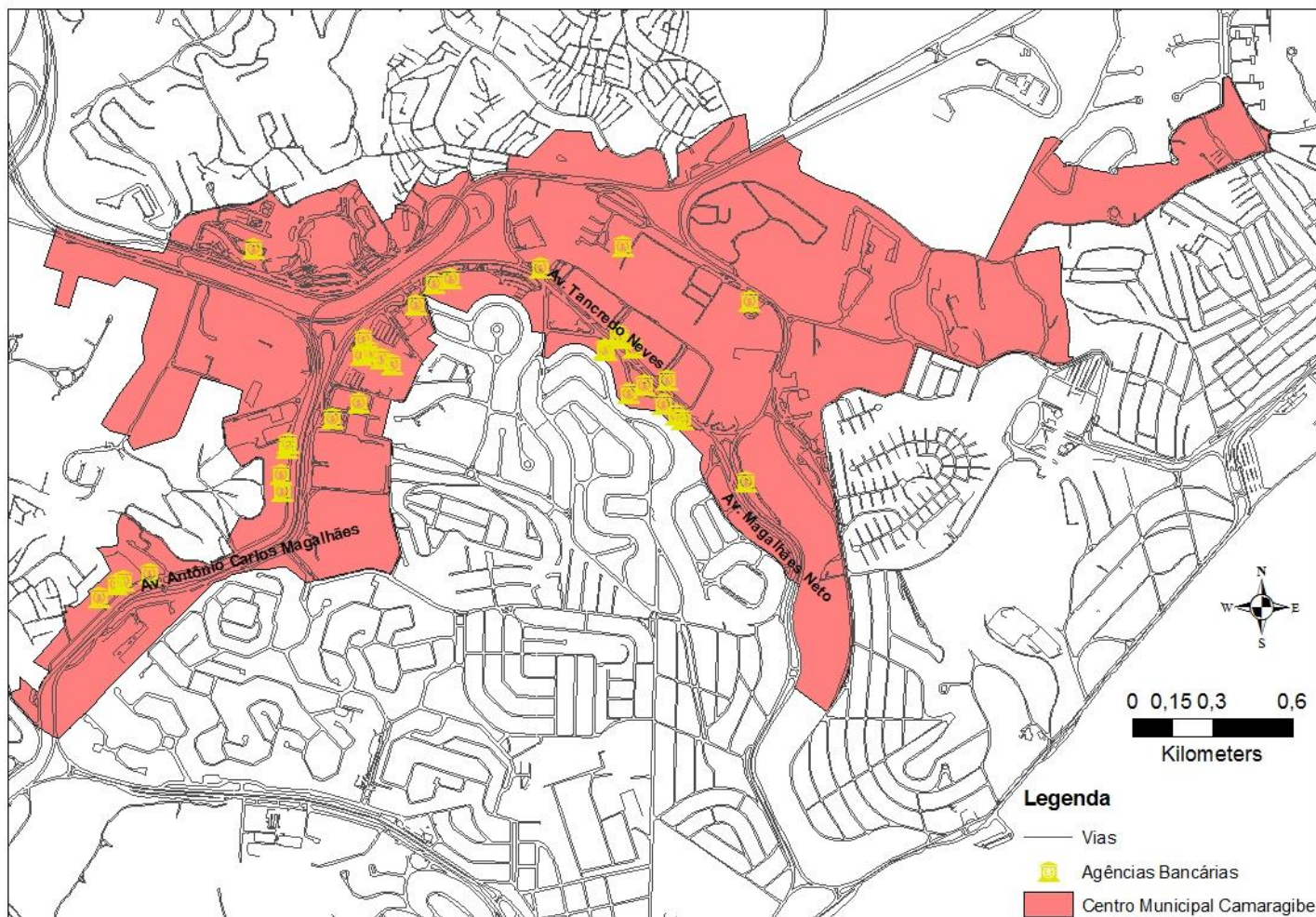


Figura 8 – As agências bancárias no Centro Municipal Camaragibe
Fonte: CONDER (2007), elaborado pelo autor.

Os agentes estão dispostos no espaço “suficientemente próximos uns dos outros e a dimensão das atividades justifica tal aglutinação, as externalidades espaciais designam-se por economias ou deseconomias de aglomeração” (CASTRO, 2004, p. 73). Como já visto que ocorre no CMC a concentração dos serviços bancários, utilizamos o conceito de economias de aglomeração, assim, nas palavras de Castro:

As economias de aglomeração são as economias de que beneficiam as empresas, em consequência de aumentos de produtividade, cuja origem é externa ao seu comportamento e que têm sua origem na existência de uma aglomeração em que a empresa se insere. Por isso, as economias de aglomeração são externas em relação às empresas, mas são internas em relação à aglomeração. (2004, p.74)

Como visto anteriormente, a concentração do serviço bancário é notável no CMC ao mesmo tempo em que o uso do solo urbano, para esse fim, é cobiçado pela maioria das instituições com uma agência bancária no território soteropolitano. Não significa dizer, simplesmente, que um estabelecimento financeiro tem privilégios, por causa da origem de outro do mesmo ramo de atividade.

Por sua vez, a respeito da localização de atividades do mesmo ramo, podem gerar benefícios mútuos. Por exemplo, em termos de custo com mão-de-obra qualificada que pudesse reduzir despesas de treinamento de funcionários. Todavia, no caso dos bancos não consideramos que esse tipo de aglomeração por atividades semelhantes, tenha importância para os lucros bancários. Confirmamos as idéias de Sicsú e Crocco (2003), de que os custos com mão-de-obra nas agências bancárias são baixos.

Se por definição as economias de aglomeração por atividades semelhantes não bastam completamente para explicar a escolha da abertura de uma agência, então os dados de concentração bancária no CMC comprovam a existência de uma estratégia locacional dos bancos. Concluímos que existe essa intenção estratégica e atribuímos como causa a forma como a “polinuclearidade” é instituída, no município.

5.2 Fator concentração e especialização de serviços no CMC

Todavia as economias de aglomeração por atividades múltiplas, na grande maioria das situações, têm origem no crescimento econômico do município (CASTRO, 2004). Pode ser essa uma questão fundamental para a concentração dos negócios bancários.

Segundo Oliveira (2003), a Secretaria Municipal da Fazenda de Salvador (SEFAZ), em 2002, contabilizava na Avenida Antônio Carlos Magalhães 5.846 estabelecimentos do setor terciário, juntamente com 5.635 na Tancredo Neves e 48 na Magalhães Neto, resultando no total de 11.529 estabelecimentos de comércio e serviços, a maior concentração de Salvador. Em consonância com esses dados, a figura 9, revela que no Caminho das Árvores estão as salas comerciais mais caras de Salvador e os preços dos principais escritórios, em reais, por metro quadrado, é de R\$6.319,00.

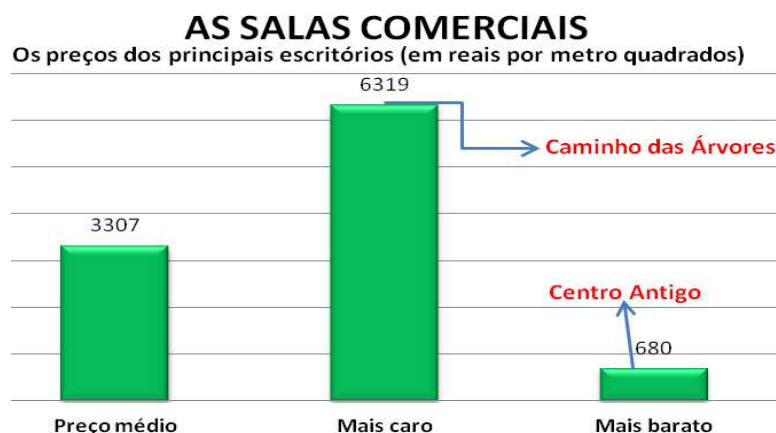


Figura 9 – As salas comerciais mais caras por metro quadrado de Salvador.

Fonte: Exame, 2010, adaptado pelo autor

O quadro 2 resumi os tipos de serviços e a especialização encontrada no CMC. Eis a comprovação da demanda urbana gerada pelas economias de aglomeração de atividades múltiplas preponderante para a concentração bancária nesta centralidade.

Administração Pública	Comércio	Educação	Lazer	Saúde	Transporte
<p>- Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA); Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN); 2 Delegacias: uma de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos (DRFRV), a outra de Repressão aos Crimes Contra a Criança e ao Adolescente (DERCCA); 2 Juizados Especiais de Defesa do Consumidor; 1 Juizado Especial Civil de Trânsito; Tabelionato do Quarto Ofício de Notas; 2 Serviços de Atendimento ao Cidadão (SAC): Iguatemi e Transbordo; 2 Correios: Cidadela e Sumaré; Instituto de Assistência e Previdência dos Serviços da Bahia (IAPSEB); Petrobrás (Av. Tancredo Neves) e Petrobrás Distribuidora; Tribunal de Contas da Bahia (TCU); Ministério das Comunicações; Secretária da Cultura do Estado da Bahia (SECULT); Empresa Baiana de Água e Saneamento S/A (EMBASA / Boca do Rio); Terceiro Grupamento de Bombeiro Militar.</p>	<p>- 11 estabelecimentos de postos de combustíveis; 8 estabelecimentos de venda de automóveis; 7 estabelecimentos de abastecimento alimentar; Jornal <i>A Tarde</i>; Comercial Ramos; <i>TendTudo</i>; Madeireira Brotas; <i>Dismet</i>; Lar <i>Shopping</i>; <i>Tok e Stok</i>.</p>	<p>- 6 estabelecimentos particulares de nível superior; Colégio Evangélico do Salvador (CESA); Escola Estadual Edivaldo Boaventura; Associação Cultural Brasil – Estados Unidos (ACBEU).</p>	<p>- <i>Shopping</i> Iguatemi; Salvador <i>Shopping</i>; 3 Cinemas: <i>Cine Multiplex</i> (Iguatemi); <i>Cine Mark</i> (Salvador <i>Shopping</i>); <i>Cine Teatro</i> SESC (Casa do Comércio).</p>	<p>- Hospital da Bahia; Hospital Sarah Kubitscheck; Centro Médico Teresa de Lisieux; Centro de Tratamento do Nariz Ouído e Garganta (INOOA); Centro de Atenção a Saúde Prof. Dr. José Maria Magalhães Netto; Junta Médica do Estado; Centro de Tecnologia da Rede Sarah; Sociedade de Oncologia da Bahia</p>	<p>- 2 Estações de Transbordo: Iguatemi, Rodoviária; Terminal Rodoviário de Salvador; Heliponto (Salvador Trade Center); BTU (Bahia Transportes Urbanos).</p>

Quadro 2 - Serviços especializados no Centro Municipal Camaragibe

Fonte: CONDER (2007), elaborado pelo autor.

5.3 Fator distribuição de renda no CMC

O fator renda é analisado pela perspectiva da distribuição de renda, como já visto em 2.3. Devido a isso buscamos um fator que revelasse um maior detalhe do equilíbrio do capital no espaço. Assim, utilizamos, comparativamente, a localização das agências bancárias com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda, calculado a partir da renda *per capita*, em 2000, na cidade de Salvador.

Para efeito da análise que é proposta neste capítulo, considera-se apenas um dos três indicadores básicos que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), quais sejam: renda, educação e longevidade. A dimensão da renda é que será trabalhada dentre os três.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Renda, 2000, inicialmente desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para comparação internacional, foi adaptado, no Brasil, para o nível (intra) municipal, recebendo a denominação de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM¹⁹.

A proposta de recorte do Município, na figura 10, é de 119 Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs). Elas são as unidades espaciais mínimas do Atlas e devem atender a alguns pré-requisitos, tais como: somatório de setores censitários, porque todas as informações a serem obtidas são informações dos censos demográficos, nos quais a unidade mínima é o setor censitário; população mínima, 400 domicílios amostrados (16 mil habitantes, considerando 4 pessoas por domicílios); homogeneidade e contigüidade, na agregação dos setores censitários.

Na figura 10, explicitamos uma relação entre a concentração das agências bancárias e o IDHM - Renda no espaço urbano de Salvador.

¹⁹ O IDH varia entre 0 e 1, com a seguinte classificação: Baixo Desenvolvimento Humano (0 a 0,49); Médio Desenvolvimento Humano (0,5 a 0,79) e Alto Desenvolvimento Humano (0,8 a 1). Para efeito de análise, dividiu-se o Médio Desenvolvimento Humano em: médio-alto (IDH entre 0,7 e 0,79), municípios com tendência acentuada para o alto desenvolvimento; médio-médio (IDH entre 0,6 e 0,69), e médio-baixo (IDH entre 0,5 e 0,59), municípios com resquícios de baixo desenvolvimento (PNUD-BRASIL,2004).

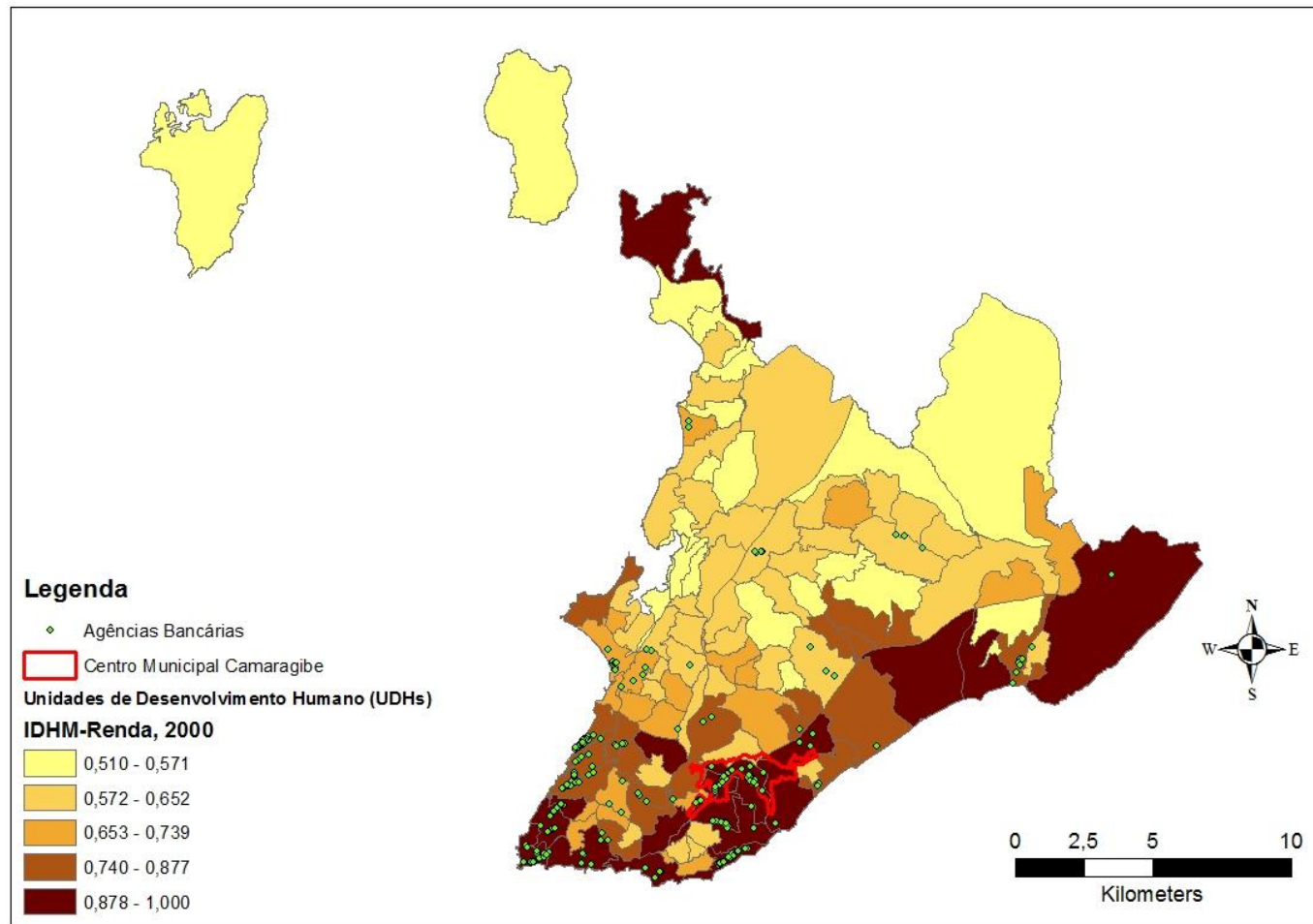


Figura – 10 Índices de Desenvolvimento Humano – Renda, Salvador, 2000, e a distribuição bancárias, em 2007

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador²⁰, elaborado pelo autor.

²⁰ Informações georreferenciadas pelo Núcleo de Pesquisa em Redes, Gestão e Desenvolvimento Urbano e Regional da UNEB

Ainda sobre a figura 10, reafirmamos que existem poucos centros financeiros em Salvador, que, além disso, estão localizados próximos uns dos outros. Tal conjuntura é reflexo das desigualdades sociais, ou seja, as populações de alta renda, majoritariamente, encontram-se na cidade Alta e Orla Atlântica da capital. No entanto, essa constatação não impede que moradores de alta renda estejam localizados, também, em outras áreas residências da cidade. Na própria figura, constatamos a UDH que corresponde a Vila Residencial da Marinha, em Paripe, no subúrbio ferroviário de Salvador, na 18ª colocação, com o IDHM-Renda de 0,927, enquanto o Município era de 0,746, dados referentes ao ano de 2000 (PNUD-BRASIL, 2004). Sendo assim, no cruzamento das informações referidas, as aglomerações bancárias tendem ser localizadas em áreas de alto IDHM-Renda, como veremos em maior detalhe na figura 11.

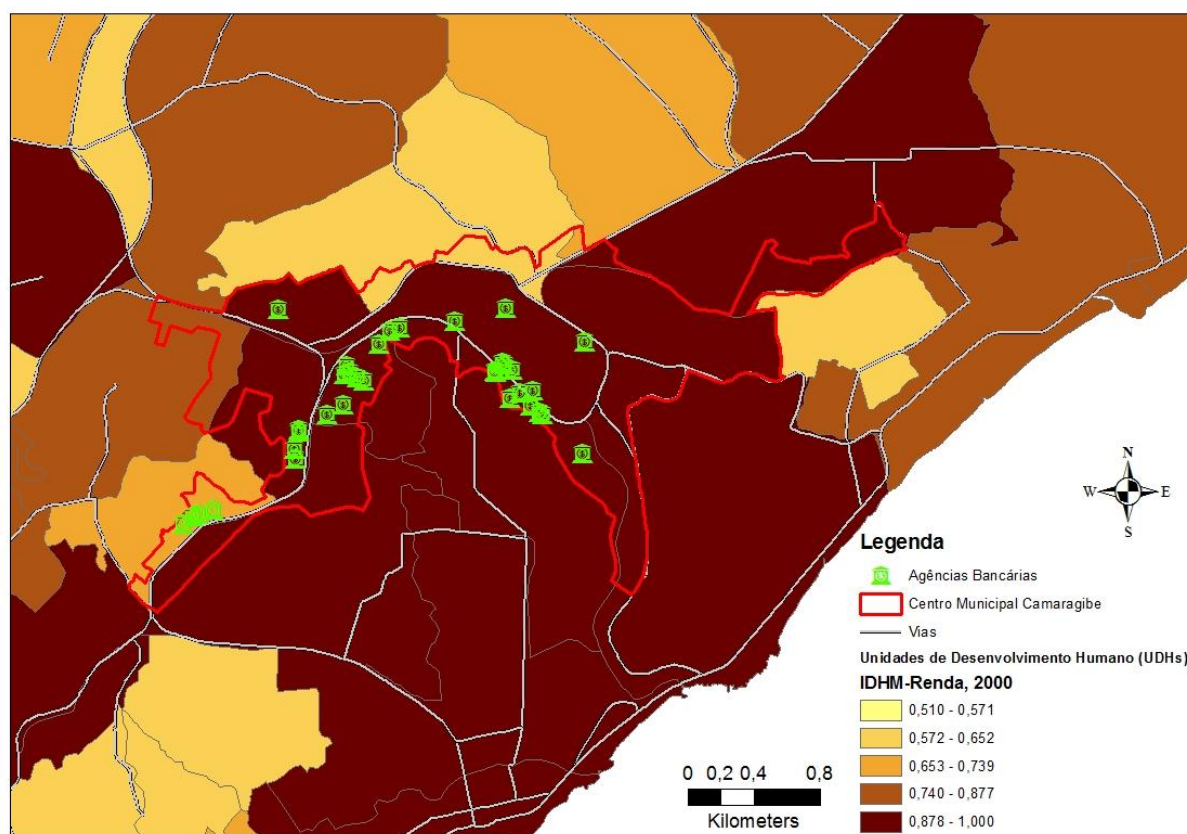


Figura – 11 Índices de Desenvolvimento Humano – Renda no CMC, 2000

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador, elaborado pelo autor.

No CMC localizam-se 9 Unidades de Desenvolvimento Humano, são elas: Itaigara; Brotas - Santiago de Compostela; Caminho das Árvores/ Pituba – Loteamento Aquarius; Caminho das Árvores – Iguatemi; Imbuí – G. Marback; Costa Azul/ Jardim Armação – Stiep; Brotas – Campinas de Brotas; Brotas – Alto do Saldanha e Pernanbúes - Saramandaia. Para a composição da tabela 3, utilizamos como método essas 9 UDHS para um aprofundamento dos dados, gerados na figura 11 (PNUD-BRASIL, 2004).

Tabela 3 – Os IDHM-Renda das UDHS do CMC - 2000

Colocação	Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH)	IDHM-Renda %	Renda per capita R\$
1º	Itaigara	1,000	2.135,54
2º	Brotas-Santiago de Compostela	1,000	1.658,94
3º	Caminho das Árvores/ Pituba - Lot. Aquarius	1,000	1.658,94
4º	Caminho das Árvores – Iguatemi	1,000	1.658,94
14º	Imbuí – G. Marback	0,906	890,47
16º	Costa Azul/ Jardim Armação – Stiep	0,930	1.024,29
33º	Brotas – Campinas de Brotas	0,816	517,52
44º	Brotas – Alto do Saldanha	0,736	319,85
84º	Pernanbúes - Saramandaia.	0,630	169,49
Geral	Salvador	0,746	341,32

Fonte: PNUD – Brasil (2004) elaborado pelo autor

Vale ressaltar que entre os 4 primeiros colocados do IDHM-Renda de Salvador, estão os que se inserem no CMC de forma decisiva. Não menos atuante, porém, exceções ao perfil econômico da centralidade, estão Brotas – Alto do Saldanha com 0,736 e Pernanbúes – Saramandaia com 0,630, ambos com valores inferiores ao da cidade de Salvador. Esse Índice demonstra que existe uma forte segregação espacial no CMC. Além disso, ele revela ao estudo que existem particularidades na concentração financeira do CMC, causado, também, pela forma como ocorreu à formação deste espaço. (PNUD-BRASIL, 2004)

Tais inferências respaldam-se, quando enfocamos a escala local e urbana, para a cidade de Salvador. Sinteticamente, observamos que o poder público municipal de Salvador, desde a década de 70, teve o papel preponderante para a formação do centro financeiro e atualmente confirma a sua função de mantenedor das especulações do solo urbano, em detrimento de áreas segregadas como Pernanbués – Saramandáia e Brotas – Alto do Saldanha (84º e 44º colocações da tabela 3 em IDHM-Renda em Salvador, respectivamente).

5.4 Fator densidade demográfica no CMC

O fator densidade demográfica é a razão de habitantes por quilômetro quadrado (hab./Km²). Então, utilizaremos esse fator com o intuito de descobrir a lógica locacional das agências bancárias. Em razão dos procedimentos metodológicos será feito o mesmo recorte territorial da seção 4.3 que distribuiu Salvador em 119 Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH).

Sobre o fator populacional abordado anteriormente, em 2.4, houve uma suposição de que haveria uma ligação na decisão locacional dos bancos, com a maior quantidade de habitantes por agência. Com o intuito de oferecer uma análise quantitativa mais detalhada, a tabela 4 aborda as 10 UDHs mais densa da capital baiana.

A construção do indicador densidade demográfica²¹ se dá de forma indireta, utilizando-se o método de Brass, a partir da base de dados coletados do Censo Demográfico de 2000.

²¹ Densidade da unidade espacial, medida em habitantes / quilômetros quadrados, 2000. Chama-se atenção para o fato de que, como existem unidades espaciais com área inferior a 1 quilômetro quadrado, a densidade tende a superar a população total da unidade em questão. Em síntese, a densidade populacional é um indicativo de qual seria a população caso a unidade tivesse 1 quilômetros quadrado.(PNUD-Brasil, 2004)

Tabela 4 – As 10 maiores UDHS em Densidades Demográfica (habitantes / quilômetro quadrado) de Salvador - 2000.

Colocação	Unidades de Desenvolvimento Humano	Densidade Demográfica (hab./km²)
1º	Santa Cruz	58.406,0
2º	Pero Vaz	49.950,0
3º	Santa Cruz – Vale das Pedrinhas	49.396,0
4º	Engenho Velho de Brotas	44.300,0
5º	Liberdade – Curuzu	41.257,0
6º	Cosme de Farias/ Luis Anselmo – Alto do Cruzerinho	40.414,0
7º	Boca do Rio – Baixa Fria	39.949,0
8º	Massaranduba/ Ribeira- Baixa do Petróleo	39.851,0
9º	Fazenda Grande do Retiro	36.916,0
10º	Nordeste de Amaralina-Vale das Pedrinhas	36.478,0

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano da RMS

Na tabela 4, as dez unidades mais populosas nada têm a ver com as concentrações bancárias de Salvador. Por exemplo, a UDH da Liberdade – Curuzu 5ª colocada em densidade populacional (41.257 habitantes/ quilômetro quadrado) encontra-se próxima, somente, a seis agências bancárias. Ou seja, assim como a UDH Liberdade – Curuzu, todas as dez UDHS mais populosas não geram demanda urbana suficiente para atrair os bancos.

Na figura 12 foi feito a comparação entre os dados de densidade demográfica e a distribuição dos bancos em Salvador. Confirma-se, primeiramente, a idéia de que os fatores populacionais não repercutem no número das instalações bancárias, em geral as UDH mais densas da cidade não é a escolha locacional dos bancos.

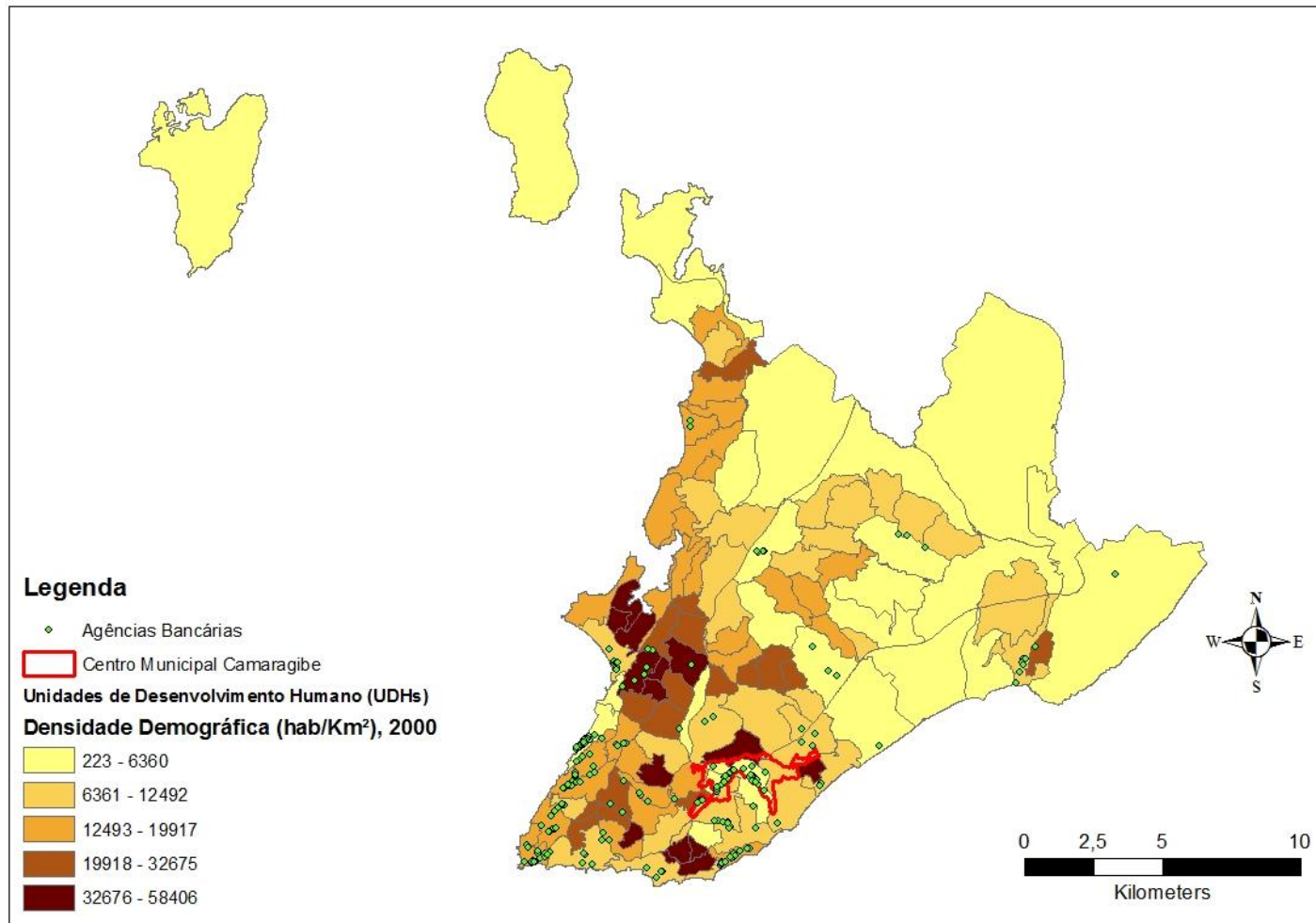


Figura – 12 Densidade Demográfica (hab/km²), 2000, e a distribuição bancárias, em 2007.
 Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador²², elaborado pelo autor.

²² Informações georreferenciadas pelo Núcleo de Pesquisa em Redes, Gestão e Desenvolvimento Urbano e Regional da UNEB

Com relação ao CMC, foi utilizado o mesmo método de densidade demográfica e na tabela 5 foram classificadas as 9 UDHS existentes, comparando esses valores com a densidade populacional de Salvador 7.805,0 habitantes por metro quadrado.

Tabela 5 – Densidades Demográficas das 9 UDHS do CMC

Colocação	Unidades de Desenvolvimento Humano	Densidade Demográfica (hab./km²)
11 ^o	Pernambúes - Saramandaia.	36.336,0
21 ^o	Brotas – Alto do Saldanha	27.438,0
60 ^o	Brotas – Campinas de Brotas	12.960,0
63 ^o	Caminho das Árvores – Iguatemi	11.500,0
76 ^o	Itaigara	10.062,0
81 ^o	Costa Azul/ Jardim Armação – Stiep	9.335,0
87 ^o	Imbuí – G. Marback	8.819,0
96 ^o	Caminho das Árvores/ Pituba - Lot. Aquarius	6.154,0
114 ^o	Brotas-Santiago de Compostela	1.751,0
Geral	Salvador	7.805,0

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano da RMS

Entretanto, o número de habitantes por metro quadrado relacionado à quantidade de agência é muito diferente nas diversas UDHS. Em outras palavras, esse fator populacional não corresponde a uma decisão locacional dos bancos. No CMC outras características, como visto anteriormente, atuam nas escolhas dos bancos. Tal constatação está na figura 13, em que a UDH Pernambúes – Saramandaia apresenta-se altamente densa, 36.336 habitantes por quilometro quadrado, se comparada a Salvador com 7.805 na mesma unidade de medida.

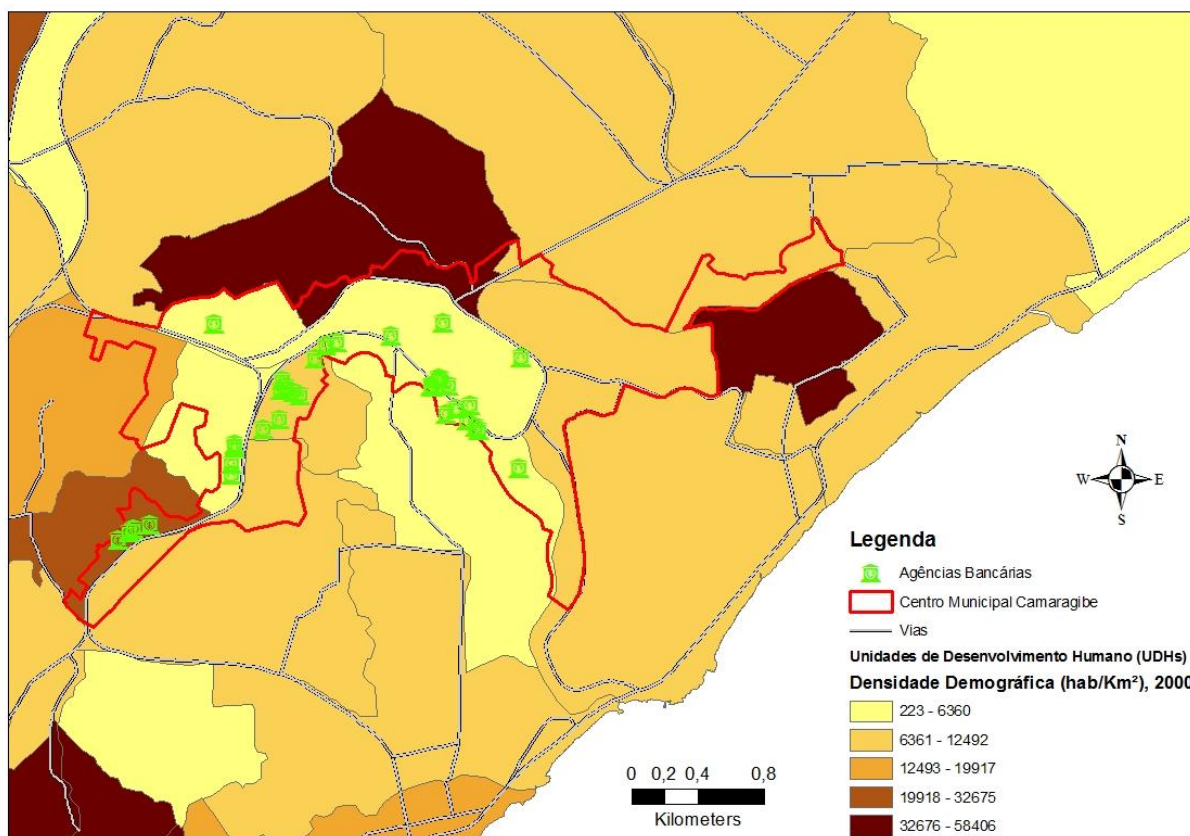


Figura – 13 As densidades demográficas (hab/km²), 2000, e o CMC

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador, elaborado pelo autor.

Concluimos empiricamente na figura 13 que as distribuições das agências bancárias no CMC não possuem como causa a densidade populacional, confirmando, assim, o que já havia comprovado Sicsú e Crocco (2003). Destarte, atribuímos que as características da principal centralidade de Salvador, sejam mais influentes na escolha do local de funcionamento de uma agência, por se tratar de uma área de grande demanda urbana. Tal demanda foi relacionada na questão concentração de serviços, em 4.2, pois associamos o fato do CMC concentrar a maior quantidade de estabelecimentos comerciais, (OLIVEIRA, 2003), e os estabelecimentos mais caros por metro quadrado, (EXAME, 2010). Na seção 4.3 o fator renda é também uma explicação para a concentração de agências bancárias, haja vista que possui os quatro maiores IDHM-Renda por UDH de Salvador.

6 CONCLUSÃO

Partimos do pressuposto de que a concentração de agências bancárias que acontece no Centro Municipal Camaragibe (CMC), não é somente atribuída aos fatores locacionais dos bancos, mas antes é uma consequência direta da formação urbana instaurada no local, ocorrida a partir da década de 70, até os dias em vigor. Sendo assim, acrescentamos ao estudo locacional dos bancos, a escala urbana, desempenha pela centralidade do Camaragibe, em Salvador.

A respeito dos quatro fatores locacionais dos bancos no CMC de Salvador, o primeiro deles - concentração de agências bancárias - é mais do que simplesmente uma constatação ocasionada pela centralização urbana de Salvador, sendo também uma vantagem estratégica que possuem as instituições financeiras de não precisarem dispersar estabelecimentos bancários por toda cidade. Concluímos que as agências obedecem à dinâmica imposta pela cidade, haja vista que sua organização urbana não é plenamente “polinucleada”.

O segundo fator - concentração e especialização de outros serviços - é um critério que tem como embasamento teórico as economias de aglomeração, já que a localização com outros serviços concentrados impulsionam as demandas urbanas, conseqüentemente as bancárias.

No terceiro fator - distribuição de renda - utilizamos o IDHM-Renda (PNUD-Brasil) que recorta a cidade em 119 Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). Das nove Unidades existentes no CMC, encontramos dois resultados dos quais, foram: (i) as quatro maiores Unidades em IDHM-Renda de Salvador; (ii) duas UDHs com Índices inferiores ao de Salvador (Pernambúes – Saramandaia em 84º colocação e Brotas – Alto do Saldanha 44º, ambos a nível de Salvador). A análise mais geral desses dois resultados é que o CMC, expressão do maior e principal centro financeiro regional do estado da Bahia, é também o local de segregação espacial. Atribuímos isso, à origem da formação deste centro.

Todavia, o último fator - densidade demográfica - não teve grande relevância no auxílio em explicar os critérios de concentração dos bancos no CMC. As dez Unidades mais densas da capital não apresentam nenhuma relação com concentração financeira.

De uma forma geral e conclusiva, ao final de uma análise que procurou abranger as diversas escalas de abordagens, ou mesmo correntes de pensamento diferentes, não se pode finalizar que há incongruências, ou mesmo que trate de perspectivas teóricas excludentes, ao se tratar de uma explicação a localização bancária, mas antes, um sentido de complementaridade, que busca analisar um fenômeno dinâmico e complexo, concentração de agências bancárias, com a configuração do espaço urbano, centralização urbana.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Adriana. **Impactos regionais do recente processo de concentração bancária no Brasil**. In: ENEP, 3., 1998, Niterói. Anais... Niterói, 1998.
- CASTRO, Iná Elias de; COSTA, Paulo Cesar da; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. In: DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 195, p. 141-162.
- CROCCO, Marco; RUIZ, Ricardo Machado; CAVALCANTE, Anderson. **Redes e polarização urbana e financeira: uma exploração inicial para o Brasil**. Cedeplar – UFMG, 2009.
- CONTEL, Fabio Betioli. **Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil**. Cadernos do CRH (UFBA), v. 22, p. 97-117, 2009
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo, SP: Ática, 1993 (Séries Princípios).
- _____, Roberto Lobato. Concentração bancária e os centros de gestão do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil. [1989] 2006.
- _____, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo, SP: Ática, 1989 (Séries Princípios)
- DIAS, Leila Cristina ; LENZI, Maria Helena. **Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores**. Cadernos do CRH (UFBA), v. 22, p. 97-117, 2009.
- FIGUEIREDO, Ana Tereza Lanna; CROCCO, Marco. **Estratégias bancárias diferenciadas no território: uma análise exploratória**. Cedeplar – UFMG, 2009.
- KRAYCHETE, Elsa Sousa. **Bancos e crédito no desenvolvimento recente da Bahia**. Cadernos do CRH (UFBA), v.22, p.78-95, 2009.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- NAPOLITANO, Giuliana. Imóveis o Brasil na elite mundial. **Revista Exame**, São Paulo, ano 44, n. 12, p. 24-41, jun. 2010.
- PEDRÃO, Fernando Cardoso. **As raízes da pobreza na Bahia - a condição econômica da questão social**. 1. ed. Salvador: Centro de Estudos Baianos - UFBA, 1983. v.1. 69 p.

PNUD - BRASIL. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do desenvolvimento humano na Região Metropolitana de Salvador.**

Brasília, 2004. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_salvador/index.php>. Acesso em: 29 de junho de 2010.

SALVADOR. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador - 2007.** Disponível em:

<<http://www.sucom.ba.gov.br/media/5967/lei7400-08.pdf>>. Acesso em: 2 de Julho de 2010.

OLIVEIRA, Margarete Rodrigues Neves. **A área do Iguatemi: o novo centro econômico da cidade do Salvador** – uma análise da produção espacial de novas centralidades. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____, Milton. **A urbanização Brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____, Milton; SILVEIRA, María Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1997.

_____, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** São Paulo. Edusp, 2004, 2^o ed.

_____, Milton. **Técnica Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico – Científico Informativo.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

SICSÚ, João; CROCCO, Marco. **Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro.** Revista Economia, [S. l.]: ANPEC, v. 4, n. 1, 2003.

SOUZA, José Gileá de. **Camaçari, as duas faces da moeda: crescimento econômico x desenvolvimento social** / José Gileá de Souza. - 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas** / Marcelo Lopes de Souza. – 5^a Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2008.

www.febraban.org.br/buscabanco. Acesso em: 2 junho de 2010

www.ibge.gov.br. Acesso em: 21 de junho de 2010

www.iguatemisalvador.com.br. Acesso em: 29 de Julho de 2010